



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, pedir ao senhor que consultasse o Plenário, um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do vereador Tiago Tito e sua tia”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador José Guedes, vereadores que concordam com o minuto de silêncio permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Após o minuto de silêncio, vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero me solidarizar com o vereador Tiago Tito. Duas perdas, Tiago, muito significativas na sua vida, eu acredito que você passou por um momento extremamente doloroso, difícil, espinhoso e, agora, você aqui, vivendo este momento, é pior ainda. Então, que Deus te dê força, dê força para a sua família para suportar esse momento. Senhor Presidente, eu quero também cumprimentar algumas pessoas que estão aqui nas nossas galerias hoje, o comandante da Guarda Municipal, o Lúcio Flávio; o presidente da Associação dos Guardas Municipais, o Alexandre; o ex-vereador



Otávio, grande abraço para você, Otávio; a Roberta Zanon e a Joia Rara que é do PSOL; e representando o Sempre Nova Lima, o Luiz, sempre presente com a gente. Obrigado a todos. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu gostaria de também abraçar fortemente o vereador Tiago Tito. Tive a oportunidade de compartilhar com você alguns momentos com a sua mãe. Só posso te dizer uma coisa, amigo, também já passei por isso, quando perdi meu pai, te desejar que Deus possa te dar conforto neste momento. Você tem aqui um amigo, um ombro amigo, se você precisar. Em todos aqueles momentos que te der saudade, chore, pode chorar mesmo, porque eu tenho certeza que onde elas estão, sua tia também, estão, com certeza, em bom lugar. Aquela foto que você postou no jornal, realmente, você parece muito com ela. Mas é isso aí, então que Deus te conforte nesse momento, você e a sua família”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Boa noite ao público que está aqui nos assistindo no meio físico, o pessoal da live do vereador Silvânio, e os demais vereadores. Agradecer ao vereador José Geraldo Guedes pela gentileza de solicitar esse um minuto de silêncio. E agradecer nominalmente aos vereadores que lá estiveram nesse momento, realmente, muito difícil: o Soldado Flávio, Flávio me ligou e esteve lá também, peço desculpa, Flávio, no momento que você me ligou, eu estava recebendo a notícia do falecimento da minha mãe e velando a minha tia; o vereador Silvânio, estiveram lá ele e a esposa por dois momentos, inclusive; o vereador Boi; o vereador José Geraldo Guedes; o vereador Kim; o vereador Álvaro Azevedo e o vereador Fausto Niquini com a sua esposa Lili. Agradecer cada um de vocês pelas manifestações de



apoio nesse momento difícil, principalmente os nova-limenses, eu recebi abraços e mensagens de pessoas que eu nunca imaginei que iria receber. Acho que toda família já passou ou vai passar por uma situação como essa que eu passei, só que eu nunca ia imaginar que eu ia perder a minha tia e a minha mãe de forma tão próxima. Só o abraço amigo, as orações que dão o consolo para a gente poder seguir na nossa caminhada. Então, realmente, agradecer aos colegas vereadores e ao povo de Nova Lima por essa solidariedade. Fazer um agradecimento também muito especial ao Programa Melhor em Casa, que é um programa que vai às casas das famílias e atende as pessoas em reabilitação, as pessoas acamadas; um trabalho fantástico. Eu tive a oportunidade de conhecer com a minha tia e atenderam, inclusive, a minha mãe que era conveniada, um trabalho excepcional. Então, registrar o meu agradecimento aos profissionais do Programa Melhor em Casa, e agradecer mais uma vez o apoio de toda Nova Lima. Muito obrigado, boa noite. Obrigado, Senhor Presidente”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove e as Atas das Reuniões Extraordinárias dos dias quatorze e vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as três Atas por nove votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: “Ofício nº 024/2020. Ref. Solicitação vereador José Guedes. Nova Lima, 11 de fevereiro de 2020. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara. No último domingo foram entregues 65 kits de material esportivo para as equipes de futebol



sub 5, sub 7, sub 9, sub 11-13 e sub 14-17, na quadra do Cruzeiro, no Projeto 'Lucas Braço' (Bracinho). Este projeto, temos orgulho em dizer que teve total apoio do vereador José Guedes, sem nenhuma ajuda financeira da Prefeitura. Todos os atletas receberam medalhas, num total de 130 medalhas. Para as mães dos atletas houve sorteio de brindes e lembrancinhas a todos os atletas. Agradecemos na oportunidade ao técnico Bracinho, sua namorada Joana e todos os membros da comissão técnica pelo grande evento realizado. Certo de poder contar com o seu apoio e compreensão, renovo minhas manifestações de apreço e consideração. Atenciosamente, José Guedes, vereador / DEM". Vereador José Guedes: "Senhor Presidente. Gostaria de dizer que não canso de citar que eu milito no esporte há mais de cinquenta anos. Esse projeto é maravilhoso, nós temos atualmente sessenta e cinco, essa semana fizemos a inscrição para mais vinte e cinco crianças, então vai passar para cem atletas sub 5, 7, 12, 14 e 17. O esporte é a ferramenta que tira principalmente a juventude e a criança do mal. Estou nessa batalha, é muito difícil porque principalmente esses programas... Eu tenho treinamento, duas vezes, três vezes por semana, então tem que ter o material e eu procuro, sempre que militei, dar o de melhor para os meninos, até os adultos mesmo, até os veteranos eu participo. Então, a gente está nesta batalha, não sou rico, mas eu procuro reservar sempre um dinheiro, fazer um caixa mensalmente no intuito de ajudar o esporte porque o esporte é a ferramenta para tirar as crianças do mal. Quero parabenizar o companheiro, Bracinho é uma pessoa que ama o esporte, gosta, não ganha nada para isso, nunca ganhou, ele, sua namorada, a comissão, foi uma grande festa. Nós vamos



implantar agora na região dos Cristais um novo projeto nesse sentido. Obrigado, Senhor Presidente”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.871/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre o horário de funcionamento das lojas de conveniências e congêneres que possuem atividade de comércio junto aos postos de combustíveis desta cidade”. Senhor Presidente: “encaminho o Veto ao Projeto de Lei nº 1.871/2019 à Comissão Especial e nomeio os vereadores Silvânio, Coxinha e Álvaro para compor a Comissão”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, nós passamos batido. Boa noite, senhores vereadores, público presente. Eu queria pedir Vossa Excelência que consultasse o Plenário, pedir um minuto de silêncio pelo falecimento do filho do funcionário da Casa, o Jovano, por favor”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que façamos um minuto de silêncio. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Após o minuto de silêncio, vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente pela ordem. É só falando do Veto, só voltando ao tema em relação ao Projeto 1.871, eu não sou de ficar entrando com projeto simplesmente para virar lei e ela não existir, ficar na gaveta. Mas esse projeto que regulamenta os horários de funcionamento das lojas de conveniências de postos de gasolina é especificamente para a loja de conveniência realmente da Praça do Bicame. O motivo da minha fala é primeiro que pessoas maldosas ligaram para outras lojas de conveniências que estão, por exemplo, nos postos de gasolina na rodovia, falando que eu estava fazendo um



projeto de lei que iria limitar o horário de funcionamento. Como eu vou limitar um horário de funcionamento na rodovia de lojas de conveniências, sendo que ela vai atender caminhoneiros que até passam a noite nesses postos de gasolina? Então, o problema e eu não tenho nada contra dono de loja de conveniência em posto, eu sou frequentador, já frequentei diversas vezes a loja de conveniência do posto da Praça do Bicame, só que virou um inferno para os moradores da redondeza. As pessoas que lá frequentam estão com consumo excessivo de álcool, colocando um som fora do normal e os moradores que moram em frente a este posto não conseguem simplesmente dormir. Então, por isso que eu regulei e a regulamentação é para funcionar até meia noite, que eu acho que é plausível dentro da cidade porque Nova Lima não tem farmácia 24 horas na sede, mas pode ter uma loja de conveniência fazendo baderna a noite inteira, atrapalhando a vida e o sossego das pessoas, então, por isso que eu escrevi esse projeto. O motivo do Veto, eu tenho que ser franco, não é esse, falando que eu estou infringindo o princípio da isonomia. O motivo do Veto é exatamente quem é o dono da loja de conveniência a partir de agora. Então, é muito triste porque funcionar até meia noite ali é de bom tom para todos, tanto para quem está trabalhando no posto de gasolina, quanto para os moradores que estão ao redor. As pessoas chegam ali muitas vezes com consumo em excesso de álcool, acende cigarro naquela pista do lado de uma bomba de combustível. Fica um frentista à noite e o cara que está vendendo na loja de conveniência, ele vai conseguir encarar alguém e falar: ‘não acende o cigarro aqui’, ‘abaixa esse som aqui’. Então, a regulamentação era e é para dar sossego aos moradores



que residem ao redor daquele posto de gasolina. Eu peço a essa comissão que foi montada que analise isso com critério porque a ideia não é prejudicar ninguém, a gente está pondo o horário de funcionamento de seis horas da manhã até meia noite, mas exatamente para não atrapalhar quem precisa dormir, que são os vizinhos daquela região. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu acho que pelos mesmos motivos que o meu companheiro já expôs, também sou totalmente favorável a esse projeto, eu quero que o senhor me substitua nessa comissão, por favor”. Senhor Presidente: “no lugar do vereador Silvânio nomeio o vereador Soldado Flávio”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, por gentileza também, como líder de governo, o senhor retire o meu nome também, por favor”. Senhor Presidente: “substituo o vereador Coxinha pelo vereador Kim do Gás”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, em todos os vetos se o senhor quiser me nomear sinta-se à vontade”. 2) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.857/2019, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Institui no município o Projeto Casa de Abrigo para mulheres vítimas de violência”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Esse projeto demorou tanto tempo na Casa, tanto tempo nas comissões, garrou tanto, ficou parado, que já deu até tempo de o prefeito montar, já está pronto. Então, o senhor pode retirar o projeto da pauta”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é veto”. Vereador Flávio de Almeida: “é veto? Mas já fez, não precisa nem de...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas ele está vetando”. Vereador Flávio de Almeida: “mas culpada



é a Casa, ficou muito tempo parado aí”. Senhor Presidente: “2018”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou sugerir, eu estou vendo aqui esse veto, tem outro veto, tem mais de não sei quantas páginas, a gente ler a conclusão desses vetos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu não vou ler tudo, só estou lendo os tópicos e leio a conclusão”. Após a leitura, o Veto foi encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto e Tiago Almeida Tito, para emissão de parecer. 3) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.886/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Institui o Projeto ‘Carona Legal’ no âmbito do Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Carlos de Oliveira, Tiago Almeida Tito e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 383/2020, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Gonçalo de Abreu Barbosa”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Guedes, Wesley de Jesus Silva e Silvânio Aguiar Silva, para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.903/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a denominação do antigo Parque Aquático / Ginásio do Villa Nova – Luciano Vitor Gomes “Luck”, localizado na Rua Bias Fortes, s/n, no Bairro Centro e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 6) Projeto de Lei nº 1.904/2020, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que



“Dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo Municipal a executar ações necessárias a efetivar as medidas objetos do Decreto Municipal nº 9.805 de 25 de janeiro de 2020, que declara situação de emergência no Município de Nova Lima, reconhecendo-a em razão de situação anormal, caracterizada pelo volume imprevisível de chuvas ocorridas no período de 23/01/2020 e 25/01/2020 e seus efeitos no território do Município, e dá outras providências”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu queria pedir ao senhor a gentileza de consultar o Plenário para que pudesse fazer um parecer em conjunto. Mas a ideia desse projeto de lei, e eu convido a todos os vereadores para assinar, não tenho vaidade em relação a isso. Mas Nova Lima passou por esse problema grave, a gente tem que deixar muito claro e colocar grave em negrito e caixa alta, não foi pequena a situação que os nova-limenses passaram, principalmente nas regiões Santa Rita, Honório Bicalho e Matadouro. Foi desolador entrar nas casas do Matadouro e ver as casas vazias, sem nada. Então, o problema realmente é muito grave. E os problemas ainda continuam, muitas pessoas foram removidas dos seus imóveis, de seus lares em decorrência do deslizamento de terra, de barranco. Então, a ideia desse projeto de lei meu, basicamente, é autorizar o Poder Executivo Municipal a poder fazer intervenção, muros de arrimo, contenção em imóveis particulares para evitar que o problema afete o imóvel da pessoa. Aqueles que a casa não chegou a ser atingida, mas existe o risco de em decorrência da continuidade das chuvas, o município, a prefeitura poder executar essa contenção com recurso público, também firmar convênio com a COPASA para tentar isentar essas pessoas,



porque tiveram um consumo altíssimo de água para a lavagem das casas, para a retomada da vida. Então, a ideia desse projeto é para dar ao Executivo a possibilidade de fazer contenções em imóveis particulares, desde que a pessoa tenha sido afetada, tem todos os critérios aqui, ela tem que ter sido afetada, existe o risco ainda de desmoronamento da casa em decorrência do deslizamento. Porque também gente? Se tiver que remover essa pessoa, e ela vai ser removida, a prefeitura ou vai ter que condenar o imóvel e vai ter que arrumar outro abrigo para a pessoa ou pagar um aluguel social. Então, a ideia é que a pessoa consiga, através da contenção, que é a base desse projeto, a pessoa possa reestabelecer sua vida no mesmo local onde ela reside”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ Senhor Presidente. Eu quero pedir ao vereador Tiago Tito para que eu assine junto com o senhor o projeto, como o projeto ainda está entrando agora, não tem muito problema, estou meio confuso porque o município já decretou calamidade pública, ou seja, todos esses elementos em minha visão já estão contemplados no decreto de calamidade pública que o município fez. De toda forma, eu penso que toda ajuda é sempre muito bem vinda. Eu e vossa excelência já tínhamos um requerimento pedindo isenção de COPASA e de IPTU, que a gente voltou atrás quando ficamos sabendo que a administração daria isenção de IPTU e a COPASA, salvo engano, daria isenção da conta de água para as pessoas que tivessem sido atingidas. Mais uma vez eu repito, eu penso que a atitude é louvável porque é mais uma ferramenta à disposição da população. De toda forma, eu gostaria de assinar junto”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “você me dá um aparte?”. Vereador Silvânio Aguiar



Silva: “aparte concedido”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a gente tomou muito cuidado de analisar realmente o Decreto Municipal, tanto é que ele está mencionado aqui no projeto de lei, e ele não é específico em relação a contenções, nem à questão de isenção de COPASA, visto que a COPASA é do Estado. Então, é dar a possibilidade ao Executivo para que ele possa, através de uma legislação, uma autorização legislativa, ele possa intervir nesses dois pontos. É só para deixar claro que o decreto não menciona questão de contenções em áreas particulares, ele já tem contenções em vias públicas, que isso o poder público tem a obrigação de fazer mesmo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito, vereador. Só terminando a minha fala, Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor manifestasse a minha autorização para que eu assine junto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “concordo, claro, todo mundo. Se a Casa quiser que saia em nome da Casa”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, por exemplo, eu não quero causar polêmica, tem uma rua inteira que está fechada porque o muro caiu, é um terreno particular, e crianças infelizmente sem poder transitar para irem à aula e todo processo, carro preso na garagem, toda uma situação. Eu penso que esse tipo de legislação possa acelerar, talvez, eu tenho que analisar ainda para eu entender, mas ela pode acelerar o processo de recuperação dessas áreas. Então, é por isso, que eu quero assinar junto. Parabéns vereador”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, eu solicito que o senhor autorize também a minha assinatura nesse projeto”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Eu fiz até uma correspondência com relação ao buracão no Bairro Alvorada e da Banqueta. Está



registrado que era para ler, para eu entrar exatamente no assunto que está sendo abordado. Então, o vereador Tiago Tito propôs que saísse em nome da Casa. Eu acho que deve sair em nome da Casa mesmo porque todos os vereadores estão imbuídos nessa luta. Se vocês virem a situação no Bairro Alvorada, do buracão, são trinta metros de altura de barranco, as casas dependuradas, a rua caiu. Infelizmente passam prefeitos e prefeitos e, às vezes, alguns vereadores que rodam na cidade, como eu, nós sabemos dos problemas. Eu queria apresentar o meu requerimento do ano passado, eu devo ter um três ou quatro requerimentos sobre aquele lagar no Alvorada. Então, hoje será uma obra que custará milhões e milhões e é obrigação da prefeitura fazer. A água da Banqueta passou por cima do calçamento, é de assustar, a prefeitura fez uma pluvial lá, há alguns anos atrás, fez o calçamento e jogou dois canos de cem em cima do barranco. O que a prefeitura quer com isso? Então, desmoronou, é uma coisa muito triste, as pessoas terão que sair dali. A prefeitura até propôs pagar o aluguel, algumas pessoas estão resistindo, estão correndo risco de vida. Eu requeri, lutei a vida toda, há uns quinze, vinte anos, para que a prefeitura recuperasse aquilo ali, passaram vários prefeitos e não deram bola. Então, hoje vai arcar lá com milhões e milhões uma obra que poderia ser um terço, um quarto do preço. Eu levei o prefeito lá, ele assustou, é uma coisa de assustar mesmo. E vem a Banqueta, esse inferno dessa Banqueta, infelizmente. Eles estão procurando a correspondência que eu dei entrada hoje, eu pediria que lesse”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, o senhor mesmo poderia ler a correspondência. Quer que o secretário leia?”. Vereador José Geraldo Guedes: “é o da Banqueta e do buracão. Então,



é uma luta tremenda, a gente fala para ajudar a cidade, o vereador coloca, faz o requerimento, parece que eles passam a guilhotina nos requerimentos dos vereadores. Vai lá para ver hoje. Então, o prefeito assustou, qualquer um que for lá assustará com aquele problema, o barranco está a vinte, trinta metros na porta das casas. Então, volto a falar, não devemos de jeito nenhum deixar aterrar a Banqueta, tem essa conversa, o Ministério Público já foi contrario. Aterrar por quê? Agora não lava o ouro mais? Então, a Banqueta é uma imoralidade em Nova Lima. Que a prefeitura faça um convênio com a AngloGold e coloque canaleta como colocou em um trecho, no tempo do Paulo Damasceno, um requerimento meu. Esse problema do buracão é porque a água passou por cima da Banqueta que está toda entupida de barro. E a Banqueta segurou a barra, com toda dificuldade, ela segurou, se não tivesse, adeus, Alvorada, adeus, talvez parte da Vila Operária. Então, a gente fica lutando, malhando, enxugando gelo o tempo todo. Vai lá para ver. A prefeitura vai ter que tomar providência. O meu requerimento era para recuperar ali e fazer um parque ecológico, não deram ouvido, vai lá para ver. Então, nós temos a obrigação, o Tito já fez um manifesto lá, eu estava presente, foram várias pessoas, nós não podemos esquecer o problema da Banqueta, ela está aterrada, vem o condomínio lá de cima, do antigo campo do Morro Velho, asfaltaram tudo, a água foi para a Rua Lincoln Tolentino, houve uma morte lá. Ali é um rio de água. A Morro Velho fez o condomínio, ela tem a obrigação de fazer um convênio e desviar aquela água da estrada para o pontilhão, jogar no canal, não é em cima dos pobres, não. Então, eu fico muito indignado, às vezes, eu fico em minha casa pensando que eu vou



chegar aqui e mais quieto, porque eu ainda não me recuperei, mas não dá para ficar calado. Isso vem é de vinte anos, não é agora, não. Então, nós não podemos deixar aterrar a Banqueta. Que fique com raiva de mim, não tem problema. Aquilo ali tem que passar é água, é o cartão postal de Nova Lima. Eu estou revoltado com a situação. A prefeitura tem que colocar homem limpando a banqueta em vinte e quatro horas, vem mais chuva aí. Então, os vereadores que estão imbuídos nisso, eu vou pedir para ler minha correspondência, para ver que eu não sou ouvido. Então, às vezes, a gente fala na prefeitura com o secretário, entra aqui e sai aqui, não é de agora, não. Então, essa luta nossa é o tempo todo, às vezes, liga para o secretário, ele não atende, por uma coisa grave. Quer ficar com raiva de mim, que fique, mas aqui é o lugar de eu falar a minha revolta. Isso vem há vinte anos, não é de agora, não. Então, Senhor Presidente, eu pediria que lesse”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor quer que leia o ofício ou o requerimento?”. Vereador José Geraldo Guedes: “os dois porque são diferentes. Para mostrar que eu registrei, eu pedi isso. Esses são recentes, mas tem uns cinco. Obrigado”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. Ontem fui procurado pela comunidade da Banqueta, nós tivemos até uma reunião com o prefeito Vítor, ele falou comigo que tem um convênio com a Anglo, com certeza, não vai entupir a Banqueta. Aquela água vem do Condomínio Quintas do Sol vai ser canalizada, porque eles vão duplicar a BR, isso que o prefeito falou comigo ontem, passou para os moradores e falou também que vai mandar uma máquina. Como choveu hoje, eu tentei ligar para o Armando, infelizmente não consegui. O Armando ia lá, ia



afundar a Banqueta com a máquina e o caminhão, tirar aquele barro para não atingir as casas de pertinho. Então, eu quero parabenizar o senhor, José Guedes, porque eu sei que o senhor luta por isso há muito tempo. Mas ontem eu tive uma conversa com o prefeito, ele deu essa notícia para o pessoal, o pessoal saiu de lá muito feliz, porque vai fazer, vai canalizar aquela água que vem do Quintas do Sol, que não vai atingir mais os moradores da Banqueta e aquele muro que sempre cai, não vai acontecer de novo, porque a máquina vai chegar lá nessa semana ainda, o que o prefeito passou para a gente que vai tirar aquela terra que está na Banqueta. Quero parabenizar o senhor, José Guedes, porque eu sei que você é um lutador pela Banqueta”. Vereador José Guedes: “me dá um aparte?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “com certeza”. Vereador José Geraldo Guedes: “só para finalizar, eu procurei o Vítor Penido porque eu sou um pouco inteligente, consigo captar muitas coisas aqui em Nova Lima. Ao fazer a estrada, que canalize do lado esquerdo subindo e jogue lá no coisa, você não precisa ser inteligente para saber disso, não. Mas nós não podemos esperar até fazer a estrada, é agora, a Banqueta está entupida, a prefeitura tem que limpar a Banqueta urgente. Eu percorri ao longo da Máquina até próximo ao Retiro, a Banqueta está entupida de terra, de tudo quanto é imundice; como vai correr a água? Tem um quarto para chegar no calçamento em cima, um quarto, o resto está entupido. A prefeitura tem que meter máquina lá, contratar. Se não estão dando conta, contratar e colocar para trabalhar vinte e quatro horas. Eu estou revoltado com isso, porque tem que limpar é agora. Até fazer a estrada, vai ser bacana, eu já procurei saber, eu que sugeri isso para o Vítor Penido, mas nós



temos que limpar agora, o buracão que está lá”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, conclui, por favor, o senhor já falou do buracão”. Vereador José Geraldo Guedes: “vou finalizar. Quanto mais tempo passar, Senhor Presidente, mais dinheiro será jogado pelo ralo. Obrigado. Por favor, leia para mim. Senhor Secretário, por favor, leia a data para mim”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, já que o Senhor abriu para essa discussão, eu quero dizer, vereador José Geraldo Guedes, que eu concordo cem por cento com o que o senhor falou, tem que ser agora mesmo, Senhor Presidente, não dá para esperar estrada, não. Nós fizemos no início do nosso mandato aqui, já nessa gestão, Audiência Pública, o senhor sabe, estiveram aqui várias autoridades no assunto presentes, o prefeito disse que daria uma solução, a AngloGold se mostrou extremamente aberta para ajudar nessa solução, se passaram três anos e até hoje o assunto é o mesmo, o assunto não mudou nada. Então, vereador, o senhor está corretíssimo. Aquele buracão, eu fui lá também, os trinta metros de altura que o senhor está falando, dá tristeza, dá vontade de chorar de ver aquelas famílias que estão ali penduradas. Parabéns para o senhor, eu penso que a gente tem que trabalhar assim, Senhor Presidente, nós temos que cobrar uma atitude ali, uma ação, porque se a gente não fizer nada, a população vai nos cobrar no momento adequado. Parabéns, vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte? Senhor Presidente. Eu vou por partes aqui, porque o que está acontecendo aqui, hoje, nessa reunião é exatamente o que a cidade está passando: caos, e a população está no meio desse caos. São vários pontos e é claro e aí não é culpando a administração atual, mesmo porque eu vi uma



entrevista do Kalil, ele até falando com um repórter que estava perguntando para ele assim: ‘os problemas que tiveram das chuvas em Belo Horizonte são em decorrência da ineficiência dos gestores passados?’. Ele foi e falou: ‘seria uma irresponsabilidade eu falar que seria dos gestores que me antecederam, porque esses problemas das chuvas ocorrem em Belo Horizonte há trinta anos, quarenta anos’. E aí a mesma coisa aqui em Nova Lima também. O problema é a inércia, que a gente sabe onde está o problema e nada é feito para a resolução, tipo o buracão. Eu assisti essa reunião aqui, já vi o vereador José Guedes questionar isso e vi vários outros vereadores questionarem isso. Minha mãe tinha um imóvel naquele local, infelizmente nós tivemos que vender porque a cada ano a gente tinha que tampar buraco, fresta, porque tinha movimentação de terra que estava dando sinal, ano a ano dava sinal e nada se fez. Hoje, pelo menos mais quatro imóveis vão ter que ser condenados ali naquela região. E a obra de contenção que vai ter que ser feita ali hoje, com certeza passa de seis, sete milhões de reais, porque é uma contenção muito grande, gigantesca. Não era daquele tamanho, quem conhece, quem é de Nova Lima sabe como aquilo se tornou ao longo dos anos, era um pouco mais simples fazer aquela contenção e nada se fez. Vários governos passaram, de várias pessoas e nada se fez. Agora, se nada se fizer de novo, aquela rua inteira vai descer e vai destruir diversos imóveis. Então, eu fico me perguntando, colocar todos esses moradores em aluguel social e depois dar um imóvel? Não fica mais barato fazer a obra de intervenção? Esse que é o meu questionamento. Em relação à Banqueta do Rego Grande, infelizmente e o Silvânio colocou bem aqui, essa Casa já fez Audiência



Pública, vários vereadores já manifestaram, eu estou envolvido em uma negociação junto ao Ministério Público, tentando uma negociação, mas não procedem as falas que foram colocadas aqui em relação que a AngloGold está com boa vontade e que a prefeitura está com boa vontade. Ambas querem tomar essa decisão em relação à manutenção da Banqueta do Rego Grande via ação civil pública, via decisão junto ao Ministério Público. Então, essa pendura ainda vai continuar. O prefeito me deu carta branca em relação a isso, que ele vai custear cinquenta por cento da obra de revitalização desde que a AngloGold custeie os outros cinquenta por cento. Mesmo assim, eu acho um absurdo o poder público ter que fazer a revitalização de um espaço onde a AngloGold auferiu lucros. Sou ex-funcionário da empresa, tenho o reconhecimento com a empresa, mas, infelizmente, nesse ponto, a empresa está sendo irresponsável. Mas, enfim, se realmente já conseguimos cinquenta por cento do valor, já estamos com meio caminho andado. Cabe agora à AngloGold fazer seu papel e aceitar o acordo para revitalizar os outros cinquenta por cento, com os recursos dos outros cinquenta por cento. Agora, é uma vergonha e muito triste para a gente, voltando naquela rua do Alvorada. Eu recebi aqui junto do Tiago que trabalha comigo, os moradores fizeram uma vaquinha para dar manutenção naquela rua, gastaram seiscentos reais e eles mandaram para a gente, até em um tom para mostrar que a gente, infelizmente vereador não faz obra, a gente depende da prefeitura e a gente leva, vai com o prefeito, aí o prefeito fala, dá uma determinação, a gente vê o prefeito dando uma determinação, infelizmente, talvez por esquecimento, por muito serviço, ou até por



perseguição, o secretário não executa a obra. As pessoas não estavam conseguindo sair com seu carro da garagem. Eles fizeram um junta-junta, gastaram seiscentos reais e arrumaram a rua. E mandaram para a gente sabem o que? Uma prestação de contas, um relatório do que eles gastaram os seiscentos reais: marmitex, o cimento que eles compraram, a malha de asfalto. Isso é vergonhoso, a gente, como legislador, em um município que tem seiscentos milhões de orçamento, a gente receber isso de um morador exigindo o direito de revitalizar a rua para ele poder trafegar. Vão chegar as guias do IPTU, essas pessoas vão ter que pagar o IPTU e o IPTU é exatamente para isso. Então, eu fico me perguntando se nós, políticos, nesse momento, estamos ofertando exatamente o que a população paga. Acredito que não. Então, fica essa minha reflexão, só dando as minhas observações em relação à Banqueta, que essa penúria ainda vai continuar por pelo menos uns dois, três meses”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Eu acho que pelo embalo, não vai ter a parte dos requerimentos, porque abriu a discussão antes, então o pessoal não deve ficar para a parte dos requerimentos; não é isso?”. Senhor Presidente: “eu acredito que sim”. Vereador Flávio de Almeida: “eu queria pedir ao senhor autorização para fazer uma fala de suma importância”. Senhor Presidente: “eu acredito que haverá os requerimentos sim, mas o senhor está com a palavra, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “por via das dúvidas, eu vou fazer então. No meio de tanto caos que a gente já vem passando. Eu queria até te falar, Tiago, que eu estou livre do nosso político porque eu não votei nesse governo, eu jamais votaria nesse governo, uma casa arrumada que está todo dia



desarrumada, é aquela casa que varre, varre, mas a gente não vê o resultado. Senhor Presidente, mas no meio de tudo isso, a gente, morador da região noroeste, a gente vem sofrendo com outra dificuldade. A Via Ouro está impedida de embarque e desembarque no trajeto do Shopping até a Leroy Merlin, e não foi a chuva que causou isso não, essa causa é do próprio homem, do próprio consórcio metropolitano que entrou. Só hoje já completaram nove ônibus presos da Via Ouro, com os passageiros sendo humilhados, descendo no BH Shopping e tendo que esperar um carro do consórcio metropolitano para chegar na região noroeste; são moradores e trabalhadores. A gente fez um requerimento tem duas semanas, se eu não me engano, o Executivo não tomou providência nenhuma; isso é uma providência do executivo. Quando fui secretário, houve também essa dificuldade, em uma simples reunião que durou meia hora, a gente acabou com tudo isso. Nós temos duas linhas de ônibus, a 2104 e a 4110 da BHTRANS que faz ponto final dentro de Nova Lima, nós temos mais oito linhas de ônibus que saem de outras cidades e param dentro de Nova Lima, mas contra eles não foi feito nada. Eles entram dentro de Nova Lima, pegam os passageiros normal e nem essa reunião ocorreu. Ou seja, até quando os moradores da região noroeste, os trabalhadores vão sofrer com isso? Vão ser humilhados? Descer e ter que esperar um ônibus do consórcio metropolitano? Que história é essa? Acredito eu que essa Casa deveria focar nisso. Hoje os vereadores da base do prefeito, com todo respeito, pedirem ao prefeito que interceda. Aquele povo vota, aquelas pessoas votam, aquelas pessoas acreditam que essa casa está arrumada, eles estão sendo humilhados. São eleitores que com certeza são



seus eleitores também e estão sendo humilhados todos os dias, trabalhadores descendo com marmita na mão para o ônibus ser preso e a gente não vê solução nenhuma, mas nós vemos todos os dias o slogan ‘a casa está arrumada’. Arrumada como? Então, o mínimo que eu acho que a secretaria de segurança, através do seu secretário e do prefeito, deve fazer é reunir com essas empresas, reunir com a BHTRANS, com o consórcio metropolitano, com o DEER e estipular que se a Via Ouro não pode descer passageiro, nem pegar, que o consórcio também não pegue dentro de Nova Lima e nem pare dentro de Nova Lima, é o mínimo que se deve fazer, é o respeito territorial, nem isso está ocorrendo. Talvez vocês vão dizer assim: ‘ah, não, a região noroeste vota no Flávio e no Boi’. Vocês estão enganados, são trabalhadores de toda cidade que estão sendo desembarcados ali e humilhados todos os dias. São nove ônibus presos, imagina nove ônibus não estarem rodando, então aquele horário que a pessoa ia pegar, de cinco e quinze, já não tem mais. E até quando a gente vai ter que suportar isso?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o senhor me dá um aparte, vereador?”. Vereador Flávio de Almeida: “mas isso, Senhor Presidente, não depende da Câmara Municipal, quando depende da Câmara, eu bato, eu falo que depende; não depende. Depende do Poder Executivo, de o prefeito reunir com essas outras instituições e trazer uma solução, ou seja, são três pontos? Então, as empresas referidas aqui não vão mais também poder fazer ponto final em Nova Lima. É a troca, é assim que faz. Agora, se não tiver uma solução, gente, infelizmente, vocês vão ver o povo da região noroeste, com certeza, fazer uma campanha firme contra cada político dessa cidade. Eu vou te conceder aparte,



Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é só para falar com Vossa Excelência que ontem, foi até bom, está o vereador Tiago Tito aqui que também estava no gabinete do prefeito, ontem o prefeito ficou de dezesseis horas até onze horas da noite com o secretário Joaquin, com o Felipe que é representante da Via Ouro, com o procurador, dezesseis horas até onze horas resolvendo. Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “estou ouvindo”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “para resolver sim a situação. E essa é a determinação do prefeito: se não resolver, nós vamos parar esses ônibus de BH que passam aqui dentro também. Pode ficar tranquilo que o prefeito está trabalhando muito juntamente com o secretário Joaquin, com o procurador, e trabalhando demais. O vereador Tiago Tito sabe disso, ontem eu estava reunido com a diretoria do BNH, a Tatiana, a diretoria toda viu a dedicação do prefeito nisso, que é uma covardia, são nove ônibus mesmo. Se bobear, o passageiro de Nova Lima vai ter que pagar vinte e oito reais por dia; que empresa quer essa pessoa trabalhando?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “senhor vereador”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está com o vereador soldado Flávio, Boi. Então, o prefeito está dedicado nisso, se Deus quiser. Hoje ele tinha um exame e depois ia descer para Belo Horizonte para acabar de resolver essa situação, eu tenho certeza que daqui a pouco, nós teremos notícias boas. O nosso prefeito trabalha”. Vereador José Geraldo Guedes: “senhor vereador, me dá um aparte?”. Vereador Flávio de Almeida: “pode falar, Boi. Eu dei um aparte para o vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “soldado Flávio, vereador, queria falar com o senhor que eu estou junto com o senhor, com a região



noroeste, a gente está vendo a dificuldade que o pessoal está passando, o que precisar nos vamos unir para que possamos resolver esse problema”. Vereador Flávio de Almeida: “está certo”. Vereador José Carlos de Oliveira: “estamos juntos nessa batalha, nessa luta. Está bem? E queria também, Senhor Presidente, falar no Vale do Sol e sobre o pessoal da Vale, que está inundando a avenida, tudo lá. Eu queria que o senhor fizesse o requerimento para que nós pudéssemos fazer uma audiência pública com a Vale. Eles estão jogando uma enxurrada na estrada da Quinta Avenida, não está tendo jeito de o pessoal passar para ir ao Morro do Chapéu, ao Passárgada”. Senhor Presidente: “na hora do requerimento, o senhor faz”. Vereador José Carlos de Oliveira: “está bem”. Vereador José Geraldo Guedes: “dá um aparte para mim? Eu gostaria de dizer que o prefeito Vítor Penido tem que tomar providências urgentes. A Saritur e a Via Ouro, em minha opinião, são uma maldição em Nova Lima. Eu bato nisso o tempo todo. Eu não tenho nada com esse pessoal, não. A gente bate, bate aqui, eles não respeitam a cidade, não respeitam o prefeito, não respeitam o vice-prefeito, não respeitam o Ministério Público, não respeitam os vereadores, nunca respeitaram. Todo o povo de Nova Lima, o dia inteiro eu recebi reclamações hoje, pessoas que saem de casa às seis horas, têm que sair quatro e meia, cinco horas da manhã e chegam em casa normalmente às seis, seis e meia, estão chegando oito horas. Então, o prefeito tem que correr atrás disso, é para amanhã, é para hoje e botar o pé no freio mesmo, porque aos poucos eles vão tomando conta. A senhora me ligou chorando: ‘José Guedes, eu vou perder o meu emprego porque eu não estou conseguindo chegar ao Jardim Canadá no horário. O patrão não



quer saber disso, ele quer que eu chegue no horário, ele quer produção. Agora eu tenho que sair da minha casa quatro e meia, cinco horas?'. Então, nós temos que olhar, cobrar do prefeito, todos os vereadores têm que cobrar do prefeito, sim, para ele tomar providência. Há quanto tempo nós estamos lutando aqui pelo trocador? É lei. Então, os trocadores, até hoje nós não temos resposta, não é isso, Tito? Tem alguma resposta? Nós fizemos a lei, nós aprovamos a lei para os trocadores. Por que em outras cidades tem? Nova Lima não serve, está dando prejuízo? Vai para outra cidade. Eu não canso de dizer isso aqui, Nova Lima não presta? Isso é uma mina de ouro, não tem fiado, é ali. Não presta? Vai para outra cidade, dá a vaga para outros. Ah, que saudade da Novalimense, a gente massacrava. Que saudade, cara. Massacrava a Novalimense, mas a Novalimense era muito melhor, não tinha esses problemas. Então, espero que o prefeito Vítor ponha o pé no freio com relação, principalmente, aos trabalhadores, são trabalhadores de toda a cidade, não são do Jardim Canadá, não são do Vale do Sol, são todos os trabalhadores que estão prestes a perder o emprego. A pessoa chega oito horas, tem que fazer a janta, tem que tomar conta de sua família, para levantar às quatro horas da manhã. Isso não pode acontecer em nossa cidade. Muito obrigado, Flávio". Vereador Wesley de Jesus Silva: "me dá um aparte, vereador?". Vereador Flávio de Almeida: "concedido". Vereador Wesley de Jesus Silva: "vereador Soldado Flávio, muito pertinente o seu comentário. O pessoal do Consórcio Metropolitano, eles são folgados, desrespeitam o cidadão nova-limense, desrespeitou essa Casa em uma Audiência Pública que nós fizemos aqui, estavam o vereador Tiago Tito e o vereador Coxinha.



Zombou da nossa cara e agora age com essa petulância, dizendo: ‘não estou nem aí para o que você está falando’. Infelizmente, lamentavelmente, essa é a postura que tem sido adotada pelo Consórcio Metropolitano. Eu estava pensando aqui, agora, nesse debate todo. Nós temos uma parada de ônibus do 2104 e 4110 que fica exatamente próximo ao Shopping Vila da Serra. Nós podemos fazer um requerimento para o prefeito para que ele nos informe qual é a tributação que foi imposta para o Consórcio Metropolitano pelo transporte de passageiros exercido na cidade de Nova Lima, inclusive com ponto fixo que eles têm lá em cima, qual foi a alíquota cobrada deles nos últimos cinco anos e se não tiver nenhuma, que o município tome as providências cabíveis para cobrar todo o imposto que foi exercido pela atividade dele de ISSQN nos últimos cinco anos. Eu acho que já vai ser um pontapé para mostrar para eles que eles não estão mexendo com gente boba, que nós não somos palhaços, que nós não somos um cantinho onde eles fazem o que eles querem. Porque eles exercem uma atividade econômica ali, a partir do momento em que eles colocam um barraco, colocam banheiro para funcionário, fazem isso, eles estão exercendo atividade econômica dentro do município e se estão exercendo atividade econômica no município, eles têm que cobrar e pagar a tributação que é para o município, do ISSQN. Eu acho que a gente pode começar dessa forma para mostrar para eles que Nova Lima tem comando, que Nova Lima tem gente, que Nova Lima não vai ficar à mercê da opinião e da decisão de um consórcio metropolitano que acha que vence as coisas no dinheiro e no jeitinho”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte, vereador Flávio?”. Vereador Flávio de Almeida: “concedido”.



Vereador Tiago Almeida Tito: “primeiro, só responder ao vereador José Guedes em relação à nossa legislação que a gente fez aqui para o retorno dos cobradores. Claro, a Via Ouro ajuizou uma ação na justiça porque eles não querem aumentar seu custo e a justiça deu, em liminar, é claro que não analisou o mérito, suspendendo os efeitos da lei até que se decida o mérito em relação a essa lei. A gente sabe que na justiça, em relação a isso, vai ficar perdurando. Eu pedi ao Presidente da Casa, o Doutor Fausto, que a Procuradoria entrasse com um agravo em relação às alegações do juiz e recorresse também ao Tribunal de Justiça porque o Tribunal de Justiça já deu ganho de causa para Governador Valadares. Eu não sei se a Procuradoria da Câmara entrou com esse agravo em relação a essa legislação. Espero acreditar que a Casa, realmente, não caducou em relação a isso, visto que foi uma legislação assinada por diversos vereadores e o veto também quebrado por diversos vereadores. Mas, enfim, só dando esse retorno em relação ao que está...”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para eu...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “deixe-me só terminar. Eu quero voltar nessa questão que o senhor falou. O vereador Wesley deu uma sugestão, eu queria dar uma sugestão para a gente, aqui da Casa: vamos fazer uma legislação, a gente apresentar na terça-feira da semana que vem, a gente proibindo o embarque e o desembarque de qualquer outra empresa, não sendo a Via Ouro, não sendo a que tem a concessão municipal, dentro do território de Nova Lima”. Vereador Flávio de Almeida: “vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “porque eu acredito que a gente, infelizmente, a gente vai acabar é atrapalhando os outros trabalhadores de Belo Horizonte que vêm para cá, mas, pelo



menos, eles vão sentir no bolso, o pessoal do consórcio também, como que é ruim os trabalhadores, seis horas da manhã, seis horas da tarde, sete horas da noite, indo embora para casa, tendo que desembarcar e falam: ‘vocês não podem seguir mais viagem’. Então, é uma sugestão e eu queria pedir ao Presidente da Casa também que a gente marcasse, a gente sabe que Audiência Pública muitas das vezes é só para escuta, mas que a gente fizesse uma acareação novamente em relação ao consórcio e ao DEER. É claro que isso não é prioridade em relação às outras ações que a gente tem que tomar para restabelecer o serviço. Mas que a gente pudesse fazer uma Audiência Pública convocando o consórcio e convocando o DEER novamente e a própria Via Ouro. Eu nunca imaginei que eu ia defender a Via Ouro, mas nesse caso nós temos que realmente defender a Via Ouro porque está prejudicando realmente o trabalhador. Então, que a gente faça uma legislação em nome da Casa, proibindo o embarque e o desembarque das outras empresas, outras concessionárias dentro do município de Nova Lima. Isso a gente pode fazer. Eu retorno a palavra”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, nós temos que sentar à mesa e negociar com eles, porque é um negócio muito ruim. São três pontos de ônibus que não podem embarcar nem desembarcar, que causam um tumulto na vida do nosso trabalhador e na vida dos nossos moradores. E quando você retorna a isso com a mesma medida, você traz um prejuízo imenso para a cidade de Nova Lima, porque você vai perder a Saritur aqui dentro, rodando aqui dentro, você vai perder a Santa Fé rodando dentro do Jardim Canadá e região, então, isso tem que ser negociado de tal forma, o que é? Você dá um prazo legal que voltem os



pontos de ônibus e ninguém fica no prejuízo, porque no final de tudo quem está no prejuízo é quem pega ônibus, entendeu? Então, Senhor Presidente, o meu pedido é esse, eu estou reunindo com a comunidade lá e nós vamos esperar o prazo de quarenta e oito horas, se não retornar, nós vamos parar o BH Shopping queimando pneu. Triste, não é? Mas é a verdade, é o que nós vamos fazer. Está bom? Obrigado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, já que está aberto, eu acho que existe mais um problema nessa história toda também. Eu acho que, em primeiro lugar, tem que ser resolvida essa questão da Via Ouro poder, sim, embarcar e desembarcar passageiros como sempre aconteceu, da mesma forma, para que o cidadão não seja lesado. Eu vou recapitular aqui, o início dessa discussão foi sobre a Banqueta, quando o vereador José Guedes traz a realidade de os requerimentos dele não serem respondidos. E no final do ano passado, eu não me recordo agora a data exata, mas eu apresentei um requerimento aqui solicitando ao Executivo que me apresentasse toda a documentação que comprovava a legalidade e a condição de renovar o contrato de concessão por mais quinze anos da Via Ouro em Nova Lima. Essa licitação foi realizada em 2004, portanto o contrato assinado em março de 2004, naquela ocasião ainda prefeito o atual prefeito, Vítor Penido, com um contrato de quinze anos e findado esse contrato, ou seja, em março do ano passado, em março de 2019, vencidos os quinze anos, o prefeito tinha duas opções: ou fazia uma nova licitação para abrir concorrência e a Via Ouro, se acha que é ruim Nova Lima, ela que vá embora e venha quem tem mais competência, ou então, portanto, renovar o contrato, mas atendida uma série de pré-requisitos. E alguns



atos administrativos para eles se tornarem efetivamente legais têm que ser dada a publicidade. Não foi feita a licitação da nova concessão por mais quinze anos e foi, sim, feita a renovação do contrato da Via Ouro por mais quinze anos. Eu solicitei, portanto, através de requerimento, a comprovação de toda a documentação que desse, portanto, embasamento à legalidade para renovar o contrato. Eu não recebi resposta de nada. E o prefeito adora percorrer a cidade falando que o governo dele é transparente. Transparente para quem? Transparente quando? E eu fui obrigado, vereador José Guedes, a entrar na justiça. Eu, enquanto vereador, aliás, qualquer cidadão do município tem esse direito: ter acesso aos documentos que são públicos. O prefeito não está na casa dele, ele está administrando a prefeitura. E eu fui obrigado a entrar com um mandado de segurança para conseguir ter acesso aos documentos e, obviamente, eu venci esse mandato de segurança, semana passada. Eu não estou pedindo por favor, eu estou exigindo que o prefeito me entregue a documentação, porque se estiver faltando uma vírgula nessa documentação, eu vou entrar na justiça solicitando a quebra de contrato com a Via Ouro, porque tem lei para ser seguida, ele não pode fazer o que ele quiser. Então, além de todos esses problemas, ainda existe esse. O Stéfano está aqui? Ele está ali fora, mas, enfim, está avisado, prefeito, qualquer requerimento que agora não me responder, nós vamos conversar na justiça, porque é assim que o senhor gosta. E tomara que o prefeito aja nesse caso, vereador Flávio, para voltar o embarque e o desembarque, com a mesma truculência com que ele agiu com o servidor público. Aí eu acho que resolve, infelizmente”. Senhor Presidente: “mais uma vez, é o trabalhador



pagando a conta. Mas eu já tinha aqui um requerimento para a Audiência Pública, se os vereadores quiserem assinar posteriormente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vou ler, finalmente, o que Zé Guedes pediu”. Senhor Presidente: “é. Leia, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vou ler o documento do senhor, vereador. ‘Nova Lima, 15 de janeiro de 2020. Excelentíssimo Senhor Prefeito. Com meus cumprimentos, ocasião que solicito do senhor prefeito, através da secretaria competente a instalação de canaleta de ferro ou concreto por toda extensão da Banqueta. Tomo a liberdade de encaminhar anexo requerimento votado e aprovado em reunião ordinária do dia 12 de novembro de 2019. Saliento que este pedido se faz necessário para evitar vazamentos e/ou infiltrações nas casas. Aproveito a oportunidade e solicito também uma solução para o problema da voçoroca na Rua Hum, Bairro Alvorada que, com o período de chuvas, pode trazer problemas mais sérios e graves aos moradores que ali residem. Certo de poder contar com seu apoio e compreensão, renovo minhas manifestações de apreço e consideração’. E em anexo foi cópia do requerimento de número 38: ‘À Mesa Diretora. José Geraldo Guedes, vereador que o presente instrumento subscreve, requer que, depois de percorridos os trâmites regimentais, esta Casa faça por encaminhar ao Executivo Municipal, a solicitação que se segue: Que a prefeitura realize a instalação de canaleta de ferro ou concreto por toda extensão da Banqueta’. E aqui segue a mesma justificativa: ‘Diante do exposto, requeiro a aprovação de meus pares a esta solicitação. Em 06 de novembro de 2019’”. Vereador José Geraldo Guedes: “no sentido desse requerimento da correspondência, eu tenho uns



cinco ao longo dos anos e ninguém toma providência. Vai querer que, ao longo da Banqueta, destrua a Volta Redonda, a Vila Operária, o Alvorada, parte dos Cristais? Está caindo nos Cristais também, tem que arrumar muro de contenção lá. Fica muito mais em conta canalizar, colocar a canaleta do que ficar fazendo muro de contenção, tem vinte anos que eu estou batendo nisso, pelo amor de Deus. A AngloGold usou isso cento e tantos anos, agora, como não vai lavar o ouro, lavou as mãos. Tem que fazer convênio sim. A AngloGold é responsável, a prefeitura é responsável. Isso é o cartão postal de Nova Lima, é uma beleza. Há quantos anos estão acabando com o cartão postal? Não adianta, Nova Lima fica muito difícil, os poderosos podem tudo. Estão falando da Via Ouro, da Saritur, são poderosos, vêm aqui e ficam gozando a nossa cara. Vai ao DEER. Quantas vezes eu fui humilhando no DEER? Eu com a Ângela Lima, cobrando as coisas lá. A gente tem que tomar providência, nós temos que tomar conta da nossa cidade. Quem manda na nossa cidade não são as entidades, não são as empresas, somos nós, vereadores, e o povo. Nós temos que olhar o que está acontecendo principalmente, é lógico, as pessoas de melhor poder aquisitivo vão fazer a sua casa na beirada da Banqueta? Não vão. Lá tem que ser pessoa pobre que compra um lote mais barato. Então, são os pobres que nós temos que defender, os pobres, a vida toda. O coitado compra um barranco, a prefeitura aprova. Só para finalizar, Senhor Presidente, eu não posso ficar calado, a prefeitura tem culpa no cartório, quando a prefeitura indeniza a pessoa e a prefeitura, passa seis meses, um ano, os fiscais da prefeitura permitem que outras pessoas construam no mesmo local. Isso é um absurdo,



não tem que deixar. A prefeitura indenizou? Cerca. Entrou? Não deixa. Entrou o primeiro, entrou o segundo, abriu a porteira, acabou. Obrigado”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito para que façamos parecer conjunto do Decreto Municipal nº 9.805 de 25 de janeiro de 2020. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Colocarei ainda hoje. Vereadores concordam que façamos hoje ainda a primeira e segunda votação desse Decreto?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu só pedi parecer conjunto, mas se vocês quiseram, parece que a Casa toda está concordando em assinar, se vocês quiseram”. Vereador José Guedes: “é qual projeto, Senhor Presidente?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “que permite fazer as obras de contenção”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu concordo de votar esse projeto hoje ainda, vou sugerir só duas mudanças, Tito. Uma é o seguinte: no inciso terceiro fala: ‘fornecer alojamento’, eu acho que a gente podia mudar isso para aluguéis sociais, porque alojamento imputa o custo todo para o município de luz, água, de cuidado. E incluir nesse mesmo inciso: ‘mediante atestado do órgão público competente’, quando a pessoa não tem condições de ficar na mesma residência. E no parágrafo segundo, do inciso sexto, mudar o inciso: ‘para fazer jus ao benefício previsto no inciso um ao sétimo’, porque não tem o inciso sétimo, a gente colocar o sexto, ou então até os benefícios do terceiro, que é onde, de fato, estão sendo concedidos benefícios voltados para o poder público municipal”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só um aparte, você me dá um aparte?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “fique à vontade”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu só não coloquei aluguel social



porque existe uma legislação municipal que fala de aluguel social, aí as pessoas poderiam achar que eu estou querendo fazer até populismo em cima disso. A questão do alojamento era só em decorrência do período que a pessoa ficar fora de casa, mas pode alterar aqui sem problema nenhum. O parágrafo segundo aqui, realmente foi um erro material, tem que ser incisos primeiro ao sexto, mesmo, você tem razão. Foi um erro material que tem aqui, tem que corrigir mesmo”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam com essa emenda. São duas ou três emendas?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “emenda é na hora da votação”. Senhor Presidente: “então, em discussão, em votação. Vereadores que concordam para que façamos hoje ainda a primeira e segunda votação desse decreto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é projeto”. Senhor Presidente: “permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador José Guedes: “vereador Tito, vai ser em nome da Casa?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “em nome da Casa”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos Municipais e de Educação referente ao Projeto de Lei nº 1.901/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre a implantação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas e particulares de Nova Lima. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.775/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima, através de seu Executivo Municipal, a doar área pública para atender a programa social para a construção de moradias Minha Casa Minha Vida e dá



outras providências”. Senhor Presidente: “tem uma emenda a esse projeto que já foi votada, inclusive com o Parecer. Em discussão, em votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, em discussão”. Senhor Presidente: “a emenda ao projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou pedir vista desse Projeto 1.775”. Senhor Presidente: “só lembrando vocês da emenda, onde está exclusivamente para os servidores passaria a ser prioritariamente aos servidores. Cedida vista ao...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, antes de ceder vista, eu queria já que consultasse o Plenário para a segunda votação hoje também”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pode ler o parecer da comissão antes”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “pede vista geral”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele já pediu vista antes”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “se quiser ler o parecer antes e conceder vista depois de ler o parecer, pode”. Vereador Tiago Almeida Tito: “gente, o parecer já foi lido, o projeto está em votação, ele já pediu a vista”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “então eu vou pedir vista, Presidente”. Senhor Presidente: “cedida vista para o vereador Wesley de Jesus”. 2) Projeto de Lei nº 1.791/2019, autoria do Poder Executivo, que “Institui a concessão de incentivos fiscais aos produtores e aos comerciantes de cerveja artesanal no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Alessandro Luiz



Bonifácio: “Senhor Presidente, o senhor poderia consultar o Plenário para pôr em segunda votação hoje ainda, por favor?”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que façamos a segunda votação Projeto de Lei nº 1.791, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado”. 3) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.847/2019, autoria do vereador José Guedes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicas e privadas municipais e dá providências”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, vereadores que concordam com o Veto permaneçam como estão. Um, dois, três, quatro. O Veto mantido, encaminhado ao arquivo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “veto derrubado”. Senhor Presidente: “derrubado o veto. Encaminho à promulgação o Projeto de Lei nº 1.847/2019”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, eu quero agradecer ao pessoal que quebrou o Veto. Esse projeto é uma coisa estudada. Só para finalizar, a mãe que está amamentando seu filhinho, ela é funcionária em alguma repartição, ela terá um local adequado para armazenar o leite, um cômodo e uma geladeira. Ela vai levar o leite materno para a sua casa porque é o melhor alimento do ser humano, de uma criança de um dia, às vezes, a um ano e meio, dois anos a mãe amamentando. Então, a mãe está em seu local de trabalho, ela tem que ter um local adequado. Agradeço novamente. Esse é um dos melhores projetos que eu fiz nesta Casa. Agradeço ao pessoal que quebrou o veto, obrigado”. Senhor Presidente: “Rúbia, eu comi mosca, eu voto nesse Veto, meu voto é favorável ao vereador José



Guedes, sou contra o Veto”. Vereadores que votaram contra o Veto: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Silvânio Aguiar Silva. Vereadores que votaram a favor do Veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, posso? Se o senhor me permitir voltar ao projeto anterior, eu quero aproveitar o pedido de vista do vereador Wesley sobre o projeto Minha Casa Minha Vida. Eu gostaria, vereador, se o senhor me permitir, tem duas observações que eu tenho que fazer sobre esse projeto e talvez possa dar tempo ainda, já que o senhor pediu vista, de consertar. Eu estou falando de coração. Existem três leis municipais que são a 2.164/2010, 2.259/2012 e 2.297/2012, são leis municipais que tratam sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Essas leis dizem que qualquer doação de terreno para construção de apartamento ou casa do programa tem que ser doado para o FAR, que é para o fundo que trata sobre a construção do Minha Casa Minha Vida. No projeto de lei está doando o terreno para a CAC, é o nome da empresa, então isso tem que ser revisto no projeto. Eu estou deixando aqui de forma muito transparente, pedindo para fazer essas alterações para ninguém incorrer sob risco de improbidade administrativa, votando o projeto do jeito que ele está. Então, se der tempo de recorrer ao Executivo, ou seja, o ideal seria corrigir isso. E a última observação que eu tenho é o seguinte, no edital de licitação está tratando lá que a empresa vencedora do certame vai doar, por unidade construída, cinco mil reais para a prefeitura. Todos os apartamentos que a empresa construir, a prefeitura vai



receber o valor de cinco mil reais. E no projeto de lei está doando, sem ônus, para a empresa, ou seja, o edital de licitação está confrontando com o projeto de lei, eles estão em desacordo. Então, se pudesse pedir ao Executivo que resolvesse essas duas questões seria ótimo porque todos nós poderíamos votar tranquilamente e incentivar aqui a criação do programa habitacional”. Vereador Tiago Almeida Tito: “você me dá um aparte?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “à vontade”. Vereador Tiago Almeida Tito: “em relação à habitação, a gente tem que ter muito cuidado nisso porque usaram isso muito para fazer um escarcéu danado em relação a esses projetos. Você colocou muito bem. Eu acho que o Executivo tem uma oportunidade muito grande de corrigir as incoerências em relação ao que foi feito no edital de licitação com o que está no projeto de lei. Eu vou dar exemplo, até foi colocado que seria para o servidor exatamente para dar uma pressão nesta Casa para esta Casa votar de forma rápida. Só que imagina você, dono de uma empresa que está participando de um processo licitatório, você vai lá, o município está fazendo um chamamento público para deixar uma área para fazer apartamentos Minha Casa Minha Vida e, no edital, você menciona que você vai fazer apartamentos Minha Casa Minha Vida e você vai poder comercializar para a cidade inteira, aí todas as empresas têm muito interesse porque são cem mil habitantes que podem, dentro dos critérios sociais, eu estou colocando cem mil a população de Nova Lima, podem participar e podem comprar o apartamento. Aí na lei vem falando que é exclusivo para o servidor. Você imagina dono de empresa, você tinha cem mil clientes, você passa a ter cinco. Então, não é certa a forma que está no edital, o



edital foi de forma correta, e a forma que está na legislação. Então, isso vai dar problema. Qualquer um, que seja a empresa, qualquer cidadão comum, um cidadão que está dentro dos critérios do Minha Casa Minha Vida Faixa 1.5, quiser entrar na justiça e impugnar isso, ele vai conseguir porque o chamamento público foi feito para a cidade como um todo, dentro dos critérios sociais do Minha Casa Minha, a pessoa tem que atender os critérios e aí você limita a um público específico. O servidor também é cidadão de Nova Lima, se ele estiver dentro dos critérios, ele vai conseguir adquirir. Então, tem vários erros, o que foi feito no chamamento público diferente do que está na legislação. Eu acho que é uma grande oportunidade, que seja via emenda ou o município encaminhe para cá uma emenda modificativa ou substitutivo ou a gente mesmo faz essas emendas, porque senão isso vai dar problema lá na frente, sem dúvida nenhuma. Nós vamos aprovar a legislação aqui e ela vai cair lá na frente. Não sei por qual motivo foram feitas essas alterações. Só uma observação, vereador Álvaro, em relação aos cinco mil reais, aquilo é a fração ideal por cada unidade, e esse valor não é doado ao município, ele vai ser abatido ao beneficiário que adquirir, só que na legislação também não fala isso, os cinco mil são para abater. Por exemplo, a unidade do Minha Casa Minha Vida Faixa 1.5 acho que é cento e dezessete mil para Nova Lima, então a pessoa que tiver dentro da faixa social iria iniciar já pagando cento e doze, ela teria um abatimento de cinco mil reais. É um benefício que o município está dando em decorrência do terreno que ele estava cedendo no chamamento público. Cedendo não, entre aspas, ele está vendendo, mas ele está passando esse direito de receber a cada



morador, isso na legislação também não está especificado, deveria estar especificado. Enfim, eu acho que é uma oportunidade. É aí, Senhor Presidente, eu rogo ao senhor e à procuradoria, a sua assessoria para que faça essa interlocução ou ao líder do governo faça essa interlocução junto ao Executivo para que faça essas alterações porque eu não vou me sentir confortável e falo abertamente aqui, olhando para a população, de votar um projeto que eu sei que está errado; ele está errado. Então, se ficar da forma que está, se o Executivo quiser permanecer da forma que está, eu não votarei esse projeto com dor no coração, porque realmente é faixa social, só que eu não vou votar um projeto, criar uma expectativa em toda população e ele não vai seguir em frente por causa de erros. Então, é a oportunidade que está em nossas mãos e do Executivo de fazer essa correção. Obrigado pelo aparte”. Senhor Presidente: “o senhor, como ex-secretário de habitação, acho que estão muito bem elucidadas as dúvidas”. 4) Projeto de Lei nº 1.859/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo Municipal a desafetar parte da área verde pública 08 e afetar em parte do lote 01 da quadra 08 anexa à área verde pública 35, no Loteamento Vale dos Cristais, e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira votação, em discussão. Em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir que o senhor colocasse esse projeto em segunda votação ainda hoje”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele não foi nem em primeira. Eu ia fazer o pedido era exatamente disso mesmo também”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Silvânio Aguiar para que façamos ainda hoje a segunda votação



desse projeto. Com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Guedes: “bem, eu vou votar favorável porque há anos que vem essa luta. É o do Santo Agostinho?”. Senhor Presidente: “isso”. Vereador José Guedes: “só que anteriormente eu barrei esse projeto por duas vezes quando eu era presidente pelo fato que eles queriam fazer uma permuta daquela área do Santo Agostinho com uma área no Rego dos Carrapatos. Quanto custa aquela área e quanto custa no Rego dos Carrapatos? Então, passados os anos, eles viram que não tinha cabimento, aquela área já era da prefeitura; que permuta é essa? É uma área verde no Rego dos Carrapatos. Então, eu barrei duas vezes, vou votar com muito prazer porque eles liberaram uma área no Vale dos Cristais equivalente monetariamente ao que será repassado para o Santo Agostinho. ‘Ah, vereador não faz nada’, vereador faz muito, o vereador que ama a cidade faz muito. Para finalizar, eu não poderia nunca aceitar nesse projeto uma permuta do terreno no Santo Agostinho no Rego dos Carrapatos. Hoje eu vou votar com alegria, voto porque a prefeitura necessita de terrenos para futuras instalações de indústrias e mesmo para a construção. Obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu vou sair um pouco da pauta em relação a esse projeto, mas é na linha que o vereador José Guedes colocou das ponderações que a gente faz na Casa. Ele fez essa ponderação, eu lembro que realmente eles estavam trocando um terreno com um terreno do Rego dos Carrapatos que tinha vinte vezes o valor menor do que o terreno que seria desafetado. Hoje corrigiu, está permutando por um terreno dentro do Vale dos Cristais. Mas eu me lembrei em relação à discussão que nós fizemos aqui em relação à doação do terreno no



Oswaldo Barbosa Pena para a construção da delegacia. Eu questionei aqui muito, o Estado está quebrado, a delegada falou aqui: ‘consequimos dinheiro com a Vale’, na sua sala, Senhor Presidente, ‘temos recurso da Vale que vai executar isso’. Eu estava conversando esses dias com o Secretário Jean Seabra, quem vai pagar a obra é a prefeitura municipal. Eu falei, coloquei observação aqui, falei: ‘isso vai sobrar para a prefeitura’, não tinha documento nenhum comprovando que a Vale daria o recurso, a gente fez aqui na palavra em relação ao que a delegada tinha falado e quem vai pagar isso é o cofre público municipal, o cidadão de Nova Lima. É claro, é incontestável a importância de se fazer uma obra dessa, mas é revoltante, além de ceder o terreno, vai custear a obra agora, o Estado não vai entrar com nem um centavo, ou seja, o município está tendo que fazer em todo momento municipalização de escola, municipalização de MG, em todo momento, o município está assumindo as responsabilidades do Estado. E acho que nesse caso tem que assumir mesmo porque parece que o município já paga três ou quatro imóveis de aluguel para ceder para as instalações da delegacia, de vistoria, enfim. Mas é só porque eu me lembrei porque a gente fez a ponderação aqui e, mais uma vez, eu vou usar um termo aqui: nós fomos passados para trás em relação àquilo que foi falado, quem vai construir é o cidadão nova-limense, através do pagamento de imposto. Senhor Presidente: “em primeira votação, em discussão, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei 1.859/2019 em segunda e última votação. Em discussão, em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos.



Encaminho o Projeto de Lei 1.859/2019 à sanção”. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 5) Projeto de Lei nº 1.866/2019, autoria do vereador José Guedes, que “Disciplina o serviço de Mototáxi no Município de Nova Lima”. Senhor Presidente: “tem uma emenda, leitura da emenda, 1.866”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, enquanto não fica mais cansativo, eu tenho algumas dúvidas sobre a emenda, eu vou pedir vista”. Senhor Presidente: “cedida vista do Projeto 1.866 a pedido do Soldado Flávio”. 6) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.876/2019, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.189, de 30/12/2010, Institui o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro Efetivo dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Nova Lima, além de dar outras providências”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Este é o projeto que a gente popularmente denominou ‘Projeto da Guarda Municipal’. Vários guardas estão aqui, me interpelaram no caminho, devem ter feito isso com alguns, eu não consegui atender, acredito que todos também não tenham conseguido atender. Eu queria te pedir a gentileza, eu sei que a reunião hoje, porque estão retornando os trabalhos legislativos, está mais extensa, mas que o senhor suspendesse a reunião cinco minutos e a gente recebesse esses guardas na antessala para que eles pudessem fazer as ponderações, porque tem gente favorável à emenda do vereador Flávio, tem gente contrário à emenda do vereador Flávio, que a



gente pudesse escutar os atores que vão ser afetados em relação à legislação municipal. Eu acho que seria prudente pelo menos a gente ouvir, não custaria a gente ouvir cinco minutos essas pessoas”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu queria argumentar, por gentileza. Nada contra a parar a reunião, é tranquilo. Quando eu faço as emendas é por conhecer a Guarda, eu fui secretário lá, e por conhecer uma instituição que quer crescer. Imagina o senhor a polícia militar, o corpo de bombeiro, a instituição que o senhor serviu, uma vez que o Cabo iria ser indicação, o Sargento é indicação. Então, onde através das emendas 70% é prova escrita e 30% é indicação livre, mesmo discordando dos 30%. É uma instituição, uma instituição não pode ter indicação política. Imagina a polícia militar, o corpo de bombeiro ou as forças armadas com indicação política dentro delas. Então, se for o caso, eu hoje represento aqui, com essas emendas, cinquenta e seis guardas que pediram, que não vão ser beneficiados com as indicações, eles não serão beneficiados com as indicações. E a outra emenda é que você lembra que existe o diretor hoje da guarda, mas você esquece que já passaram dois, que são o Barbosa e o Lourenço. São emendas de uma instituição. O regulamento vem punitivo, ele só é punitivo, onde ele traz a aberração de indicações políticas, o inspetor e o subinspetor serão indicações políticas. Mas vocês podem ficar à vontade, parar a reunião e fazer, mas lembrem que daqui vinte anos, quando os guardas de hoje estiverem aposentados, os futuros guardas irão sentir na pele, como hoje sessenta guardas irão sentir, não serão indicados, as indicações já estão na pasta. Eu fui secretário lá, nunca pensei em algo assim, sempre fui secretário com visão para o futuro



e este tipo de regulamento traz só realmente o passado em torno de uma instituição que tem que crescer. A guarda municipal não pode ser por indicação, é uma guarda que tem um poder de polícia na rua. Amanhã, um guarda municipal que foi indicado não se ateve ao que o vereador quer, ele perde o cargo. Agora, com a prova, não, com a prova ele permanece para fazer o correto. Mas o senhor é o Presidente da Casa”. Senhor Presidente: “Soldado Flávio, até para estagiário, nós fizemos agora um processo seletivo”. Vereador Flávio de Almeida: “até para estagiário”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só fazer uma ponderação quanto a esse projeto. Primeiramente, ressaltar que o vereador soldado Flávio, com certeza, tem muito mais capacidade técnica até por entender do assunto, o vereador não é obrigado a entender de tudo e eu confesso que o ramo da segurança, o que eu entendo é pouco comparado com vossa excelência, com a experiência que vossa excelência tem. Mas eu já vou antecipar que uma das votações inclusive que vai beneficiar diretamente um amigo meu, que é o Barbosa. Todo mundo sabe que eu tenho uma ligação com o Barbosa, respeito demais, tenho um carinho muito especial com trabalho dele e com ele, mas eu não posso concordar que uma lei que começa a vigorar agora tenha efeito retroativo para beneficiar, para passar a valer no passado. Então, eu peço data vênica, o entendimento de vossa excelência. Estou vendo aqui o ex-diretor de departamento, o Lourenço, o próprio Barbosa, que se não estiver, esteve presente aqui por um bom tempo, mas o grau de amizade que nós temos não pode me permitir votar algo dessa natureza por entender que não é o legal, por entender que isso vai em desencontro com o que se espera da



legislação no âmbito do país como um todo, mesmo sabendo, volto a frisar, que isso vai prejudicar, vai deixar de beneficiar um amigo meu que é um amigo pessoal. Não posso votar essa emenda. Na segunda emenda que é a questão das provas, de um lado eu vejo que de fato a gente tem que tentar beneficiar o servidor pela capacidade que ele tem para apresentar melhores condições de trabalho. E para o outro, eu vejo um outro ângulo que é o que tem prejudicado muito a cidade de Nova Lima por se tratar de uma cidade pequena, com um quadro pequeno de guardas, que é o seguinte, quando não existe um alinhamento entre o comando e o subcomando, a cidade fica travada e tem ficado travada. Então, ao mesmo tempo que eu quero incentivar e que eu acho correto incentivar as pessoas pelo grau de conhecimento que ela adquiriu ao longo do tempo, isso se faz por provas e títulos, ao mesmo tempo, eu paro para pensar na nossa realidade fática, e a nossa realidade fática hoje permite um distanciamento e um prejuízo para o serviço público municipal quando não existe um alinhamento do comando e do subcomando da cidade Nova Lima. Eu tenho que ressaltar que a nossa realidade infelizmente é um pouco diferente das corporações que nós temos de segurança pública em nível estadual e em nível federal, porque hoje nós temos um funcionário público cada vez mais politizado e nós temos uma guarda municipal que tem um trabalho efetivo, politicamente falando na cidade, não existe demérito nisso, ao contrário, eu acho que é uma corporação que sempre trabalhou politicamente na cidade, sempre deu o seu posicionamento político, teve o seu posicionamento político, volto a repetir, não existe demérito nisso, mas automaticamente nós também precisamos fazer



que a questão de segurança pública avance. Eu entendo que nesse momento, por essas razões que eu explanei aqui, manter uma guarda municipal que é o comandante com cargo de indicação e o subcomando que é o segundo escalão, que eles tenham um alinhamento. Por este motivo, eu vou votar com o projeto original por entender que a guarda municipal participou dele e por ter esse entendimento que se hoje é raso no que eu estou falando, é o que eu adquiri da minha vivência e do que eu tenho visto dos órgãos públicos e o que eu tenho visto da guarda municipal nos últimos anos. Então, eu peço data vênia a vossa excelência, com respeito que eu tenho, sabendo do seu comprometimento com a segurança pública, mas eu voltarei contra as emendas por já ter formado esse entendimento”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Esta Casa é algo assim que a gente deve estudar, mas fazer um doutorado. Porque nesse projeto, os vereadores dizem que você não pode pegar uma lei e retroagir para beneficiar dois comandantes que passaram por ela. Mas essa mesma Casa tirou os direitos adquiridos do servidor, voltou no tempo e tirou do servidor, tirou tudo que o servidor podia ter. Quando eu falo que boa parte dos vereadores dessa Casa não lê os projetos, por quê? Porque esse projeto da guarda não fala do diretor e do subcomandante não, ele fala de todos os cargos de inspetor e subinspetor, todos indicações. Quando eu falo que a cidade vai ficar prejudicada e a guarda no futuro ia ficar é porque quando você indica o homem que usa farda, eu não digo o à paisana, eu digo o cara que usa farda, é muito ruim porque o guarda municipal vai estar amanhã notificando as pessoas, imagina se ele notificar um parente de um vereador, o vereador



chateou com ele porque notificou o vereador, ele vai tirar o guarda amanhã, porque o guarda não fez prova, é indicação. Olha para você ver que peso. Às vezes, o guarda hoje que está a favor é porque ele vai ser indicado amanhã, mas quando ele perder esse cargo, ele voltar, ele vai sentir o peso da falta de um regulamento forte, onde você faça uma prova, é o mínimo que a gente faz na vida. Hoje esse regulamento tira o tanto que a guarda cresceu, fala 'ah, o guarda que fez prova' eu ouvi isso. O guarda que fez uma prova não está embasado politicamente, mas ele não tem que estar embasado politicamente, a base dele tem que ser a lei, a base dele tem que ser aquilo que ele lê, que é lei, que é regulamento, ele não pode embasar nessas coisas. Então, Senhor Presidente, eu tenho certeza que eu vou perder a emenda aqui hoje, mas vocês vão prejudicar essa guarda para o resto da vida porque os guardas que serão beneficiados, daqui a um tempo, eles vão perder isso, serão outros. Então, eu vou continuar com a emenda para eu ter na minha consciência que eu fiz o melhor possível para a instituição de segurança pública". Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "Presidente, só para chamar a atenção dos colegas, esse projeto de lei tem trinta e duas páginas, não é uma página só, tem muito conteúdo nesse projeto, fala de processo disciplinar, fala sobre hierarquia, organização, fala da vida do guarda de um modo geral, é um projeto extremamente polêmico. Tem algumas questões aqui que eu não tenho condição de concordar, exemplo, o Chefe do Poder Executivo, dentre as competências que ele tem, uma delas: decidir sobre seu efetivo vencimento. Agora, ele vai decidir qual é o vencimento? Não tem mais que passar por aqui? Vou só citar alguns casos, a hierarquia



da guarda, o cargo mais alto: Prefeito Municipal, comandante da guarda e corregedor, subcomandante; o secretário de segurança não existe mais em Nova Lima. Ao contabilizar vinte anos de efetivo exercício, o guarda civil municipal que estiver classificado no mínimo no comportamento bom, vinte anos com comportamento bom, fará jus à percepção do adicional correspondente ao percentual de 3%. Não dá para entender um trem desse não. Então, assim, esse projeto, gente, e eu sinceramente, foi passada uma lista para os guardas para eles terem ciência ou não sobre o conteúdo do projeto; muito guarda assinou achando que era a lista de presença na reunião, porque a maioria da guarda não tem conhecimento do que está tratando aqui. E eu estou falando de conhecimento de causa porque vários guardas me procuraram falando que não sabem o que estão tratando aqui. E é a vida deles que a gente está decidindo. Então, tem que ter muito discernimento para votar um projeto desses”. Vereador Flávio de Almeida: “vereador, hoje não decide a vida dos guardas, decide a vida de alguns que serão indicados, é um pouco pior. Tem guarda que não está nem sabendo o que está ocorrendo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “exato; porque aqui fala de muita coisa, não só dos cargos indicado, mas realmente da estrutura toda da Guarda. Isso aqui pode ser comparado realmente a uma reforma, como existiu a reforma administrativa, isso aqui é para tratar sobre a vida do Guarda Municipal. Dentre essas 32 páginas seria interessante a gente fazer em alto nível mesmo um debate aqui entre a gente, para a gente realmente agregar o projeto, discutir, ver o que é legal, o que não é, porque se chegar simplesmente: é sim, é não, nós estamos brincando com a vida do



guarda. Eu finalizei”. Vereador Flávio de Almeida: “vereador, se fizer um debate aqui, boa parte irá embora porque não leu o regulamento, não sabe o que é isso, não sabe o que está inserido lá dentro. Obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, os guardas já nos escutaram, eu acho que a gente tem que escutar os guardas. Então, eu queria que você continuasse com o meu pedido de...”. Senhor Presidente: “antes de eu consultar o Plenário, eu já vou antecipar meu voto para o senhor, eu voltarei as emendas com o senhor, vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. Senhor Presidente: “é inadmissível, se hoje até para estagiar, nós estamos fazendo processo seletivo; uma Guarda Municipal sem processo seletivo? Para com isso. Atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito, vereadores que concordam com a reunião para atendimento com os guardas municipais durante cinco minutos, reunião suspensa. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Decorrido o tempo de suspensão da reunião, Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura da primeira emenda, vereador Flávio de Almeida”. Senhor Secretário: “Emenda Modificativa. O vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, propõe as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 1.876/2019. Modifica a redação do artigo 139, 142, 143, 144 do projeto de lei em epígrafe, o qual passará a vigorar nestes termos: Art. 139. As funções gratificadas de subinspetores e inspetores serão concedidas, observado o número máximo respectivo de 7% e 3% do contingente em efetivo serviço de Guarda Civil Municipal, cuja escolha dar-se-á através de 30%



indicação do Prefeito e 70% prova escrita de avaliação dentre os servidores de carreira da Guarda Civil Municipal que tenham comportamento excelente. Art. 142. O Guarda Civil será alçado à classe especial I quando for destituído, imotivadamente, da função gratificada de Subinspetor, independente do prazo em que ocupou o cargo. Art. 143. O Guarda Civil será alçado à classe especial II quando for destituído, imotivadamente, da função gratificada de inspetor, independente do prazo em que ocupou o cargo. Art. 144. O Guarda Civil será alçado à classe especial III quando for destituído, imotivadamente, da função gratificada de subcomandante, independente do prazo em que ocupou o cargo. Art. 145. O Guarda Civil Municipal será alçado à classe especial IV quando for destituído, imotivadamente, da função de Comandante, através da sua exoneração do exercício do cargo em comissão de Diretor de Departamento II da Guarda Civil Municipal, ou quando for exonerado, imotivadamente, do exercício do cargo em comissão de Corregedor da Guarda Civil Municipal, independente do prazo em que ocupou o cargo, ou seja, desde a fundação da Guarda Civil Municipal e independentemente das nomenclaturas dos cargos à época adotadas. Em 17 de dezembro. Assinou o vereador Flávio Almeida”. Senhor Presidente: “em votação a emenda de autoria do vereador Soldado Flávio, em discussão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só vou ressaltar aqui, pelos argumentos já explanados, eu votarei contra essa emenda”. Vereador Flávio de Almeida: “como é?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “essa eu vou votar contra”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu perdi aí”. Senhor Presidente: “está em votação, vereadores que



concordam com a emenda do Soldado Flávio de Almeida permaneçam como estão”.

Vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu pensei que vocês iriam dividir a emenda no trato que vocês fizeram lá atrás”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é, mas tem a outra”. Vereador Flávio de Almeida: “que outra, gente? Quando eu falo que esta Casa não lê é por isso”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “entra com verbal”. Vereador Flávio de Almeida: “verdade, gente, vocês não sabem nem o que está escrito ali”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “você falou que tinham duas emendas, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “não, gente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o senhor que falou que tinha duas emendas”. Vereador Flávio de Almeida: “as emendas estão ali. Então, Senhor Presidente, se o senhor puder, por gentileza, antes de fazer a besteira e levar prejuízo para a guarda, separar, por gentileza, a emenda, por favor. Gente, eu, sinceramente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “você falou que eram duas”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor podia, por gentileza, separar. Separa as emendas, por favor. É só separar, Álvaro”. Senhor Presidente: “primeira emenda”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vou ler do jeito que vocês combinaram aqui atrás”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pela ordem. É porque aqui também na pauta induziu as pessoas ao equívoco, está colocando como se fossem duas emendas. É leitura e votação, só que o pessoal não pescou. Eu acho que vale a pena corrigir. Eu sei, eu entendi, eu estou lendo aqui, é leitura e votação, só que ficou parecendo que está como duas emendas diferentes e estava sempre falando emendas e estava se entendendo que eram duas emendas”.



Senhor Presidente: “Secretário, leia, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vou ler 139 separado dos demais”. Vereador Flávio de Almeida: “isso, por gentileza”. Senhor Presidente: “mas eu já vou colocar em votação a primeira”. Vereador Tiago Almeida Tito: “faz verbal”. Vereador Flávio de Almeida: “não, vai fazer ali agora. Para, que isso? Uai, além de tudo, ainda tenta... Vereador, é só o senhor separar, por gentileza. Eles vão conseguir entender, impossível”. Senhor Presidente: “leia a primeira emenda”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “nós vamos tratar da questão do comandante”. Vereador Flávio de Almeida: “isso”. Senhor Presidente: “leitura da primeira emenda ao Projeto de Lei nº 1.876. Leia, Secretário”. Senhor Secretário: “Art. 145. O Guarda Civil Municipal será alçado à classe especial IV quando for destituído, imotivadamente, da função de Comandante, através da sua exoneração do exercício do cargo em comissão de Diretor de Departamento II da Guarda Civil Municipal, ou quando for exonerado, imotivadamente, do exercício do cargo em comissão de Corregedor da Guarda Civil Municipal, independente do prazo em que ocupou o cargo, ou seja, desde a fundação da Guarda Civil Municipal e independentemente das nomenclaturas dos cargos à época adotadas. Só de curiosidade, quantos foram os comandantes nesse tempo todo de guarda?”. Vereador Flávio de Almeida: “três: o Barbosa, o Lourenço e o Lúcio Flávio”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é o artigo 145?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “isso”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “então, essa emenda é só sobre o artigo 145?”. Vereador Flávio de Almeida: “isso”. Senhor Presidente: “terminou a leitura?”. Vereador



Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “terminei”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação o artigo 145, a primeira emenda do Soldado Flávio. Vereadores que concordam com a emenda permaneçam como estão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “só um minutinho, Presidente. Só uma dúvida, você leu o caput do artigo 145, mas faltou ler o parágrafo único, a emenda supre o parágrafo único ou ela mantém o parágrafo único? Então, ela mantém o parágrafo único que é ‘A promoção à Classe Especial citada neste artigo garantirá ao Guarda Civil Municipal a percepção de gratificação correspondente à diferença entre o vencimento do seu cargo efetivo e do respectivo cargo em comissão’. Só muda o caput do artigo 145, que passará a...”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam com a emenda permaneçam como estão. Por nove votos a um, a emenda foi aprovada”. Vereadores que votaram a favor da emenda ao artigo 145: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Wesley de Jesus Silva. Vereador que votou contra a emenda: Tiago Almeida Tito. Vereadores que votaram contra as emendas aos artigos 139, 142,143 e 144: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram a favor das emendas aos artigos 139, 142,143 e 144: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida. Vereador Tiago Almeida Tito: “justificativa de voto, Senhor Presidente. Quem acompanha meu trabalho aqui dentro sabe que eu sou



extremamente contrário, eu falei isso com o vereador Wesley em relação a alguns projetos, ele mesmo se posicionou que essa lei retroage para favorecer, a gente sabe que isso é inconstitucional. Não vou fazer aqui populismo para enganar ninguém em relação a isso, então o meu voto é contrário exatamente porque eu sei que muito provavelmente a procuradoria do município vai pedir que se vete isso ou qualquer um que acionar a justiça, isso vai cair. A minha justificativa é técnica em relação ao voto”. Vereador Flávio de Almeida: “justificativa, Presidente. É que, sinceramente, eu tento entender esta Casa, mas eu não consigo. Retroagiu para prejudicar o servidor público, tirou do servidor todos os direitos, matou o servidor, levou o servidor para o hospital, o servidor tirou filho de escola particular, hoje vem falar de retroagir. Eu quero agradecer aos vereadores que votaram, porque os dois guardas que a lei vai levar a eles este benefício trabalharam foi muito. A guarda não se constrói só hoje não, a guarda se constrói desde o dia que ela surgiu em Nova Lima. Obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu votei a reforma e isso não tem como esconder de ninguém porque todas as reuniões são gravadas e até essas que não são, o Silvânio está fazendo questão de gravar, vai ficar no perfil dele. O servidor que achou que qualquer direito adquirido que a legislação, o estatuto do servidor infringiu, ele procurou a justiça e aqueles que realmente tiveram seu direito contestado e existia o direito, ele ganhou na justiça. Os outros, quem acionou a justiça não ganhou. Então, eu tenho muita consciência em relação a isso, em relação ao meu voto, não tiro a minha responsabilidade em relação ao voto e, hoje, se a cidade tem alguma condição de fazer



alguma coisa em relação a esse caos das chuvas, é em decorrência do saldo que tem em conta hoje. Não é fazendo defesa aqui não, mas é só lembrando que meu voto aqui sempre foi com coerência, lendo os projetos, acompanhando os projetos e é por isso, eu não vou fazer populismo, com três, com quatro, com cinco ou com cinquenta pessoas, se é inconstitucional, eu voto contra, é a minha obrigação votar contra”. Vereador Flávio de Almeida: “o prefeito agradece”. Vereador Tiago Almeida Tito: “sem problema, que ele agradeça, eu ficaria agradecido também”. Senhor Presidente: “solicito ao senhor secretário a leitura da segunda emenda ao projeto”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, pedir Vossa Excelência que coloque em segunda votação hoje ainda, por favor”. Senhor Presidente: “a emenda foi aprovada, o projeto, deixa ler a outra”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim”. Senhor Presidente: “leitura da segunda emenda, por favor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem Presidente. Mas não teria outra emenda. Não foi lida?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é porque dividiu”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é porque nós reprovamos a primeira, aí teve a segunda. Aí nós fizemos a segunda, o vereador Flávio fez a segunda”. Senhor Presidente: “está certo, está certo. Em primeira votação o Projeto de Lei 1.876/2019, com a emenda do artigo 145. Em discussão e votação”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu pedi até por uma questão de respeito aos guardas que estavam aqui, para que a gente pudesse escutá-los e eu vou ser muito franco, eu voltei e perguntei aos outros guardas que estavam aqui se eles iriam participar da reunião aqui atrás e eles falaram assim: ‘não, as pessoas que estão lá estão



nos representando'. Então, eu quero parabenizar os dois Alexandres, guardas municipais, e o Lúcio porque foram extremamente, demonstraram preparo em relação àquilo que eles estavam falando, contra argumentaram diversos vereadores ou alguns vereadores tecnicamente. Eu vou votar o projeto com a emenda porque se não eu vou atrapalhar vocês que tiveram um trabalho em relação a todo o estudo em relação a esse estatuto. Então, eu quero dar os parabéns porque realmente a gente não chamou as pessoas ali atrás para fazer populismo, tecnicamente vocês comprovaram a importância da legislação, não só para vocês, mas para todos que compõem a guarda municipal. Então, em decorrência disso, mesmo contrário à emenda, eu vou votar o projeto porque ele tem que ser superior a essa emenda que vocês construíram no dia a dia com os guardas. Parabéns". Vereador José Geraldo Guedes: "Senhor Presidente. Eu quero também parabenizar o Lúcio e o Alexandre pelo conhecimento, vocês deram realmente uma verdadeira aula para os vereadores. A gente na Câmara tem que ser democrático e ouvir as partes, nós ouvimos as duas partes. Obrigado, Senhor Presidente". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente, questão de ordem. É só dizer para a Casa que, graças ao bom Deus, uma das minhas formações é Segurança Pública e quando eu faço a emenda, eu sei o que eu estou fazendo. Quando eu vejo que a Casa ainda vota contra uma emenda que fala que tem que ter prova ao invés de uma indicação, eu vejo que o discurso de alguns é só para inglês ver mesmo ou então é só para pedir voto, porque a própria Câmara Municipal, há pouco tempo, teve que fazer prova para estagiário. Essa emenda que foi derrotada hoje, com certeza, amanhã a justiça vai fazer igual fez na



Casa, quando o senhor tomou a decisão de fazer a prova. Obrigado”. Senhor Presidente: “primeira votação do Projeto de Lei 1.876/2019, com a emenda com soldado Flávio. Em discussão, em votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu me abstenho da votação”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam com projeto e a emenda permaneçam como estão. Aprovado, nove votos e uma abstenção”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “segunda votação”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que façamos hoje a segunda votação do Projeto 1.876. Em discussão, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Em segunda votação o Projeto de Lei 1.876/2019, projeto com a emenda. Em discussão, em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado com nove votos e uma abstenção. Encaminhar à sanção. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador que se absteve nas duas votações: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo. 7) Projeto de Lei nº 1.897/2019, autoria do Poder Executivo, que “Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 1.728, de 07 de novembro de 2002” – Conselho Municipal do Turismo”. Senhor Presidente: “em primeira votação, em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, coloca em segunda votação hoje ainda, consulta o Plenário, por favor”. Senhor Presidente: “atendendo à



solicitação do vereador Coxinha, Projeto de Lei 1.897, para que façamos a segunda votação hoje. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Por deliberação plenária, coloco o Projeto 1.897 em segunda e última votação. Em discussão, em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto 1.897/2019 à sanção. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 8) Projeto de Lei nº 1.904/2020, autoria vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo Municipal a executar ações necessárias a efetivar as medidas objetos do Decreto Municipal nº 9.805 de 25 de janeiro de 2020, que declara situação de emergência no Município de Nova Lima, reconhecendo-a em razão de situação anormal, caracterizada pelo volume imprevisível de chuvas ocorridas no período de 23/01/2020 e 25/01/2020 e seus efeitos no território do Município, e dá outras providências”. Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei 1.904/2020, que são as providências emergenciais. Em discussão, com as emendas propostas pelo vereador Wesley Jesus, que já foram aprovadas. Em primeira votação, em discussão, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Por deliberação plenária, coloco em segunda e última votação o Projeto 1.904. Em discussão, em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Encaminho o projeto de lei à sanção.



Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus. 9) Projeto de Lei nº 1.791/2019, autoria do Poder Executivo, que “Institui a concessão de incentivos fiscais aos produtores e aos comerciantes de cerveja artesanal no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei 1.791/2019, que é o das cervejas artesanais, em segunda e última votação. Em discussão, em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o projeto à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus. Senhor Presidente: “gostaria de convidar a nossa Joia Rara para que faça uso da Tribuna por cinco minutos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Senhor Presidente, deixe-me só fazer um comentário pertinente. Eu estou vendo o pessoal do Conselho Tutelar, alguns conselheiros tutelares aqui, eles estão discutindo sobre o projeto de lei que vem regulamentar a situação deles enquanto conselheiros tutelares. Eu falei com eles, eu acho que essa Casa tem que se atentar a isso, eu convido todos os nobres colegas para avaliar esse projeto de lei, porque no projeto de lei nós não estamos só fazendo a regulamentação dos benefícios e do salário deles, nós estamos falando sobre toda a política pública de criança e adolescente dentro da cidade. E eu tenho visto que



dentro do Conselho Tutelar nós temos que... Essa é a oportunidade de a gente rever alguns atos praticados pelo próprio Conselho da Criança e do Adolescente, por quê? Vou citar um exemplo, nós temos alguns fundos dentro do Conselho da Criança e do Adolescente, que são direcionados para alguns projetos e eu não vi no projeto de lei nenhum artigo e nenhum caput falando a respeito de como vai ser a retirada desse dinheiro, de como vai ser a execução desses projetos, ou seja, nós estamos dando ao Conselho da Criança e do Adolescente, como a vários outros conselhos dentro da cidade, um poder de se autodisciplinarem e de ditarem as regras, principalmente das instituições. Eu acho que isso cabe a essa Casa, essa Casa não pode se furtar das obrigações que ela tem, que é de legislar em prol do município de Nova Lima. Então, eu convido os senhores para que a gente possa depois sentar com eles, conversar sobre isso, porque a política da Criança e do Adolescente é muito mais ampla, ela não pode se restringir tão somente ao conselheiro tutelar, é uma política que vai muito, além disso, fala sobre o conselho, fala sobre os recursos. Eu não posso permitir e ser conivente, por exemplo, que um POC que é uma instituição tão séria nessa cidade, ficar brigando dois, três anos para conseguir tirar recurso, para conseguir colocar recursos para executar um projeto tão bonito que eles têm, ao longo de dois, três anos com recurso que eles conseguiram colocar no fundo porque o Conselho da Criança e do Adolescente não tem deliberado sobre essas questões de como usar o recurso. Então, eu acho que esse projeto de lei é um projeto que exige uma discussão muito mais ampla. Então, eu volto a ressaltar a necessidade dessa Casa, como já tinha sido sugerido e depois retirado por



nós, inclusive pelo vereador Silvânio, que a gente venha também fazer sobre esse projeto uma audiência pública o quanto antes possível para não atrasar a questão do recebimento deles, das readequações que eles tanto querem e tanto pedem, mas nós não podemos por causa de um tópico de um projeto de lei, a gente deixar de fazer as discussões que a comunidade precisa. Eu tenho certeza que são discussões amplas que vão interferir em vários outros setores, em vários outros pontos que vão influenciar na vida de tantos outros nova-limenses. Então, volto a ressaltar, Presidente, sobre essa necessidade de nós discutirmos também esse projeto, que é da reformulação da política da Criança e do Adolescente dentro de uma audiência pública, tendo em vista que eu já falei e dei o meu voto favorável para eles quanto ao aumento salarial, quanto aos benefícios e também assumi o compromisso de regularizar a carga horária deles, por quê? Eu sou uma pessoa que tenho seis processos contra o Executivo Municipal, que concedeu em 2012 hora extra para alguns conselheiros tutelares e nós tivemos que discutir judicialmente, eu sou advogado desses conselheiros da época de 2012, por quê? Eles fazem uma carga horária que está prevista de oito horas diárias, com quarenta horas semanais e eles são obrigados a fazer um plantão de quarenta e oito horas, então não existe isso, isso gera um prejuízo muito grande para quem é conselheiro. Mas desse projeto a gente não pode correr e não podemos permitir que um tópico específico venha ditar a política da Criança e do Adolescente como um todo dentro da cidade. É um projeto que nasceu dentro do Executivo. Eu sei da responsabilidade do Conselho, sei da responsabilidade das pessoas que o elaboraram, mas essa Casa não pode se furtar dessa



discussão, tendo em vista as nossas responsabilidades em representar a cidade como um todo, principalmente na deliberação sobre essas políticas públicas que nós sabemos que vão perpetuar e influenciar não só na vida das pessoas, mas como também das instituições”. Senhor Presidente: “esse projeto está em parecer conjunto, semana que vem virá para a pauta, inclusive vocês, do Conselho Tutelar, terão voz e vez na Tribuna, vocês terão quinze minutos à disposição de vocês”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “mais uma coisa, Presidente. Eu acho que enquanto tem quórum, eu só gostaria de pedir Vossa Excelência, que foram citados por alguns vereadores alguns assuntos importantes da pauta, que antes de dar a palavra para a Joia, que o senhor possa deliberar quanto a essas questões que são requerimentos que foram bem pontuadas pelo soldado Flávio, endossado pelo vereador Boi, que foi feito pelo vereador Tiago Tito. Eu acho que o senhor pediu para esperar a fase de requerimento, mas que esses requerimentos sejam aprovados, principalmente o da audiência pública que foi questionada pelo transporte público e sugerida em Plenário no momento em que não era oportuno. Se o senhor pudesse deliberar quanto a isso, tendo em vista a urgência e a necessidade do poder público, eu acho que seria importante também”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação. Com a palavra Joia. A senhora tem cinco minutos para fazer uso da palavra”. Senhora Joia Rara: “gente, boa noite. Muito me honra estar aqui, eu estou aqui porque foi um pedido do povo, estão reclamando por causa do acontecimento com os ônibus da Via Ouro. Então, eles me pedem e eu venho aqui falar com a voz do povo, que o povo é a parte mais importante da nossa cidade e eu sou uma pessoa bem



resolvida. Eu tenho certeza que a gente tem que falar menos e fazer mais. Eu faço das palavras do Flávio as minhas, porque se os ônibus da Via Ouro não podem passar nos pontos deles, também não podem passar nos nossos não e as pessoas têm que ter uma resposta. Eu queria que o prefeito desse essa resposta para a gente, porque eu votei nele, infelizmente, pela primeira vez, eu votei nele. Então, ele podia pôr isso em horário nobre também, igual ele pôs que a Casa está arrumada. Então, o povo pediu para que eu viesse aqui para saber por que estão acontecendo essas coisas com a Via Ouro, o ônibus não está parando nos pontos, as pessoas vão perder emprego e as pessoas estão chegando ao serviço fora de horário. Então, é uma coisa assim que o povo deveria estar aqui hoje para fazer a pressão, porque os vereadores que estão aqui uns eu respeito demais, outros eu tenho muita afinidade. Então, é uma coisa assim que vocês podiam dar uma resposta urgente para o povo, porque a gente está aqui para o povo e pelo povo. E penso igual ao soldado Flávio, se o prefeito não der uma resposta amanhã, depois de amanhã, a disposição é pura de tacar pneu e gasolina, gente. Muito obrigada”. Senhor Presidente: “convidaria a senhora Roberta Zanon para fazer uso da palavra. Senhora Roberta, a senhora tem cinco minutos”. Senhora Roberta Zanon: “boa noite, pessoal. Boa noite a todos e todas. Então, eu também vim aqui para falar a respeito da situação da Via Ouro, porque a população de Nova Lima está sendo obrigada a escolher o transporte intermunicipal e é uma situação que foge, assim, da normalidade para a população e da mesma maneira que é cobrada da Via Ouro não parar nos pontos em Belo Horizonte, não está sendo cobrado das empresas da BHTrans e elas continuam



parando nos pontos do bairro Vila da Serra. Então, aquele famoso pau que dá em Chico, dá em Francisco, aqui em Nova Lima isso não está acontecendo. Então, a gente sabe que existe uma lei, realmente, que proíbe as empresas que não são intermunicipais de transitar e ter pontos em outros municípios. Mas por que só isso agora está acontecendo? Então, na visão da população isso é uma guerra pelo transporte, pelo dinheiro dos passageiros. A Saritur a gente imagina que esteja na frente dessa situação. Santa Fé, que é a empresa? Pois é. Na frente dessa situação e, enquanto isso, a população vai perder emprego ou vai ser obrigada a pagar dois transportes para ir trabalhar. Então, a situação é muito urgente e eu acho que a Câmara poderia solicitar um debate com representantes dessa empresa, com representantes da prefeitura e, principalmente, ouvir a população que faz o uso desse transporte para trabalhar. E eu, como conselheira municipal de educação, porque eu sou servidora da rede estadual também, não poderia deixar de tratar de outro assunto, que eu também gostaria de fazer uma solicitação formal de uma Audiência Pública para a gente discutir a questão da municipalização das escolas. Já fizeram? Pois é. Porque a questão da municipalização, assim, eu sou servidora do estado, não sou contrária à municipalização, eu sou contrária à forma truculenta que o governo Vítor Penido tem tratado os servidores da educação. Imagina você sair de férias e quando você volta para a sua casa, você é avisado que essa casa não te pertence mais. Então, foi isso que aconteceu com os servidores do George Chalmers, eu me solidarizo com meus colegas, isso afetou fortemente todas as escolas estaduais, a organização do ano letivo. E a gente tem denúncia de que está sendo feita lá



uma coisa, assim, nada louvável, que é escolher os alunos de determinados bairros para estudar no George Chalmers, eles estão fazendo uma seleção por bairros. E o zoneamento que atende, na escola George Chalmers a gente tinha alunos de bairros mais carentes, digamos assim, também, como todas as outras escolas têm. E o debate não está sendo feito, simplesmente a prefeitura está encaminhando os alunos que ela quer para essa escola, a forma de contratação de professores de uma maneira, assim, esdrúxula, vou falar para vocês porque o edital foi, realmente, muito problemático e nós não tivemos nenhuma resposta ainda desta Casa com relação a esse processo. Então, gostaria que vocês... Não, não, vocês estiveram juntos com a gente no dia da manifestação, acompanharam, mas, digamos assim, nada oficialmente, porque a gente gostaria que tivesse uma Audiência Pública, um documento, alguma coisa, porque a gente imagina que a prefeitura não pode assumir um gasto permanente sem passar por esta Casa. A prefeitura está assumindo um gasto permanente com folha de pessoal, com manutenção de prédio, com merenda e não passou por esta Casa. Então, assim, eu gostaria de pedir, humildemente, é lógico, no que me cabe enquanto população, que fosse feita uma Audiência Pública para discutir com a categoria, com pais, principalmente com os servidores daquela escola sobre como aconteceu esse processo e, se tem alguma coisa errada, vamos descobrir, vamos colocar em pratos limpos, ok?".

Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de falar e vou até dar uma oportunidade para a Roberta, se ela quiser falar, porque eu acho o seguinte, aí eu vou fazer até uma crítica, Roberta, porque a gente tem que ter muito cuidado com as



nossas falas. A denúncia que você acabou de fazer é uma denúncia muito grave, é muito grave porque coloca em cheque o trabalho de um terceiro, coloca em cheque o trabalho de funcionários concursados da secretaria, fazer seleção, mexer no georreferenciamento, no geoprocessamento é uma coisa que, a meu ver, é caso de polícia se for verdade, mas nós temos que ter responsabilidade com o que a gente fala, porque a partir do momento em que você joga isso, jogado, eu tenho essa responsabilidade com o que eu falo. Quando a gente joga jogado, só solto, fica parecendo que a gente está imputando um fato criminoso para muita gente. Então, eu gostaria, se você pudesse nos apresentar nomes de pessoas que foram beneficiadas, que foram colocadas na frente. Porque tem uma coisa, ou do lado de lá alguém está cometendo um fato criminoso, ou do lado de cá nós não podemos fazer acusação. E eu aqui, como responsabilidade que eu tenho só de apurar, sem defender as pessoas, eu acho que dessa história que acabou de sair da Câmara aqui, alguém tem que ser penalizado, ou penaliza quem falou, ou penaliza quem praticou o ato, porque um ato acabou de ser praticado e que merece ser averiguado, não só por esta Casa, mas, inclusive, pelos órgãos competentes e pela fiscalização. Então, nesse fato aqui, a gente já tem um fato que precisa ser investigado e que pode ter certeza absoluta que e eu, enquanto vereador, não só enquanto vereador, mas enquanto, principalmente, quem é interessado, porque o meu bairro, de onde eu nasci, ele é todo georreferenciado para lá e tem alunos que não querem lá, eles estão indo para o Deniz Vale. Eu tenho acompanhando de perto o caso do meu bairro, não tem um caso específico nesse sentido, eu acho que cabe apuração do que foi relatado aqui quanto às



responsabilidades, seja da fala ou então do ato praticado pela secretaria. Quanto à questão, Presidente, que eu vou citar aqui, a questão da municipalização, eu nem estive na Audiência Pública, mas o Coxinha acompanhou, eu estive em todas as formaturas e eu sempre fui uma das pessoas que defendi a municipalização. O estado, o município, não vou aqui questionar o trabalho dos servidores, pelo contrário, eu sou aluno de escola pública, sempre tive um excelente atendimento. Falava com a diretora do Deniz Vale nesse final de semana, estive com ela, eu sou uma pessoa que tem um carinho muito grande pelo Deniz Vale que sempre foi marginalizado, às vezes, na fala das pessoas, que sempre foi criticado e que, quem já estudou no Deniz Vale sabe do que estou falando, que é o carinho, o espírito de família, o espírito de estar junto. Então, eu sou adepto à escola pública, mas nós sabemos o quanto que o Estado de Minas Gerais tem deixado de lado a educação do estado, tem deixado a Deus dar. Eu estive nas quadras das escolas estaduais, gente, na hora que você entra ali, você tem dó de ver o que o Estadual já foi e o que o Estadual se tornou hoje. A quadra é um piso que os alunos são jogados praticamente lá dentro. Nós temos uma evasão escolar na escola do ensino médio que chega à metade. Metade por quê? Porque os alunos simplesmente só não querem estudar mais? Não. Falta recurso, falta uma série de coisas. Então, eu aqui já antecipo que eu sou favorável à municipalização. Eu sei que isso traz alguns transtornos, inclusive, tinha um amigo meu que é professor que me xingou muito por causa disso, por causa dessa defesa. Eu sei que isso traz um transtorno para alguns servidores públicos que estão lotados dentro da escola, mas, em compensação, são



oitocentas e cinquenta famílias que vão receber uma educação mais digna. E eu vou te falar uma coisa, nós só temos oportunidade na vida com honestidade, com seriedade, se for por meio da educação, porque educação transforma a família e eu falo isso como uma pessoa que utilizou o sistema de educação e que teve a oportunidade de ser diferente do que a minha família sempre apresentou, porque eu tive uma condição de estudar e ter uma educação diferenciada. E a educação que o município de Nova Lima tem a condição de dar é infinitamente superior ao que o estado consegue fornecer, isso é óbvio, eu tenho oitocentos e cinquenta pais batendo palmas hoje por essa municipalização, embora nós sabemos que gerou um transtorno pequeno, um transtorno, que se pequeno ou não, quem faz juízo de valor é o próprio servidor, gerou um prejuízo para o servidor efetivo, mas eu volto a defender aqui que, enquanto legislador que sou, nós temos que defender o direito da coletividade e o direito da maioria que, infelizmente, nos cabe fazer e defender hoje. Então, ficam aí essas minhas ponderações. Eu peço ao Presidente, Presidente, que enquanto ao ofício e à fala que foi dita aqui, que essa Ata seja encaminhada para o Ministério Público, para a polícia civil e para o prefeito municipal, para que sejam averiguadas todas as falas aqui e que seja apurado possível crime praticado por servidores públicos no exercício das suas funções, com benefício de alguns funcionários”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, ela tem que responder”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “a Roberta vai dar uma resposta, depois que ela der a resposta, eu quero fazer uso da palavra”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu queria fazer



uso da palavra, Senhor Presidente”. Senhora Roberta Zanon: “pessoal, então, eu gostaria de responder ao vereador Wesley, eu mantenho o que eu disse com relação ao concurso público que foi feito. Quer que eu cite todos os problemas? Eu posso citar. Primeiro problema: o prazo em que esse concurso público, esse processo seletivo foi feito, o edital foi lançado na internet em uma sexta-feira, as inscrições teriam dois dias para acontecer, a prova seria em um sábado, o edital foi todo formulado, a prova seria formulada por uma equipe de servidores da prefeitura municipal, seria corrigida pela prefeitura municipal, o resultado seria dado, no edital consta que a aprovação nesse processo seletivo não garantiria a vaga, o edital é público, todos aqui podem consultar. O edital não trata da questão da formação do professor como critério para ser contratado, ou seja, uma pessoa formada em um conteúdo específico, como eu sou formada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, eu concorreria ao cargo, como concorri, fiz a prova e passei nessa prova. Não quero tomar posse na prefeitura, eu passei, porque eu queria acompanhar o processo da prova. Essa prova não distinguiu a formação dos servidores que seriam contratados, ou seja, uma pessoa com qualquer curso superior, ou no início, ou no final, poderia pegar um título precário, um CAT para lecionar e participar desse processo seletivo em pé de igualdade com os servidores que são formados para tal, isso é um problema, eu vejo que é um problema. Outra coisa problemática, no dia da prova, as provas estariam lacradas, eu mesma fui uma das pessoas que estava no momento da aplicação e que me apresentei para verificar se as caixas das provas estavam lacradas, elas estavam lacradas com durex. Eu tenho print,



tenho foto de tudo, a gente pode provar, eu não estou falando nenhuma mentira. No local da prova, tinham pessoas inscritas apenas com o primeiro nome fazendo a prova. Então, por exemplo, na porta da sala tinha lá o nome Ana, Carolina, Rosimeire, Fabrício, só o primeiro nome da pessoa e a pessoa foi fazer a prova e fez a prova. Alguém aqui que já prestou concurso público já viu uma coisa dessas? Falar que essa prova não teve problemas é desonestidade da parte do senhor ou desconhecimento. Espero que seja desconhecimento, uma das duas coisas, espero que seja desconhecimento”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “só uma coisa, eu não falei que não era verdade o que a senhora falou, eu vou pontuar de novo, porque é bom que está sendo registrado em Ata, eu não falei em momento nenhum que a senhora mentiu, pelo contrário, eu estou ressaltando que o que foi relatado aqui...”. Senhora Roberta Zanon: “é grave”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é muito grave e que tem que ser apurado”. Senhora Roberta Zanon: “sim, eu também acho”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “a única coisa que eu deixei em discussão, porque eu tenho que ter responsabilidade com o que eu falo, eu acho que isso tem que servir, gente, serve para nós, serve para todas as pessoas que forem utilizar a Tribuna daqui para frente”. Senhora Roberta Zanon: “sim, sim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “porque nós somos responsáveis pelo que a gente fala”. Senhora Roberta Zanon: “sim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “e o que a gente fala tem reflexo”. Senhora Roberta Zanon: “claro”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “e nós temos que ter responsabilidade, principalmente, na hora que nós colocamos o dedo, porque se não tiver isso. Então, eu não falei que a senhora mentiu,



em momento nenhum, não. Desconhecimento, eu não tenho conhecimento e por isso já pedi, vou fazer o requerimento para que a cópia da Ata, com toda a sua fala, inclusive sobre o georreferenciamento que é a prefeitura selecionar alunos específicos, que é o mais grave que eu ouvi aqui”. Senhora Roberta Zanon: “eu vou falar depois”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “para estar em uma escola. Eu só estou pedindo que toda a sua fala seja o pontapé inicial para a abertura de um processo de investigação, porque o fato sendo concreto e sendo concretizado, a senhora contribuiu hoje para o município de Nova Lima, se for, para, inclusive, com um processo disciplinar e administrativo de exoneração dos servidores porque isso não pode acontecer. Não só do município, do governo do estado como do município e com apurações criminais e responsabilidade civil de quem estiver praticando. Então, eu só estou falando que eu vou ser o primeiro a pegar cópia e vou fazer a denúncia no Ministério Público, vou fazer a denúncia na polícia civil para que seja apurado, com certeza a senhora vai ser chamada para depor e aí a senhora vai levar toda essa documentação, vai levar todos os nomes dos alunos que foram passados na frente. Por que eu estou fazendo isso, gente? Só por um simples fato: o que foi dito aqui é muito...”. Senhora Roberta Zanon: “eu não disse que aluno foi passado na frente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, a senhora falou que vem sendo selecionados alunos para estudar no George”. Senhora Roberta Zanon: “não, eu não disse isso, não. Eu disse que o processo seletivo foi problemático, eu não disse que a prefeitura...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “do georreferenciamento para a escolha de aluno”. Senhora Roberta Zanon: “não, não, não”. Vereador Wesley de Jesus



Silva: “a gente vai ver isso na Ata depois. Eu vou tomar o cuidado para reler de novo. Eu só estou pontuando, gente, sabe por que, Presidente? Daqui para frente, todas as pessoas que forem usar as tribunas, nós temos que saber que o que faz aqui tem reflexo”. Senhora Roberta Zanon: “sim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “e eu vou apurar isso porque o que foi relatado aqui são fatos muito graves. Então, eu vou tomar, vou ter a responsabilidade. Não estou falando que a senhora mentiu não, pelo contrário, se eu estivesse falando que a senhora mentiu, eu não estaria falando que ia tomar providências. Eu, pessoalmente, vou, inclusive, mandar para a senhora depois cópia das minhas denúncias que vou fazer, já estou autorizando meu gabinete a providenciar isso o quanto antes possível”. Senhora Roberta Zanon: “ok”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhora Roberta Zanon: “outra coisa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “deixem ela terminar, gente”. Senhora Roberta Zanon: “sobre a questão do geoprocessamento”. Vereador Tiago Almeida Tito: “georreferenciamento”. Senhora Roberta Zanon: “georreferenciamento, nem sei o termo, mas enfim. A questão da localidade é uma política do Estado de Minas Gerais. Esse ano, o sistema on-line de matrícula já direciona os alunos para as escolas onde estariam mais próximas, entre aspas, da sua localidade, de onde ele mora. Isso já é uma realidade. Só que a Escola Estadual George Chalmers tinha alunos de diversos bairros que se referenciavam nessa escola e já eram alunos e que, hoje, com o processo de municipalização, foram convidados a não serem mais alunos daquela escola, ser aluno de outra escola. Eu sou professora atualmente na escola Polivalente e nós recebemos alunos, o Deniz Vale



recebeu. Todas as escolas estaduais de Nova Lima vão receber alunos de lá. O que eu estou dizendo é que existe, talvez, uma tentativa de selecionar por bairro, porque me parece que lá vai ser um anexo do Emília de Lima, o que é dito para a gente. E os pais têm procurado a gente: ‘meu filho está estudando no George Chalmers e agora ele foi convidado a ir para outra escola’. Por que será que isso está acontecendo?”. Enfim, a situação é essa”. Senhor Presidente: “senhora Roberta, eu solicito à senhora que isso fique para uma segunda fase”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, e é o momento da Audiência Pública porque... Exatamente”. Senhora Roberta Zanon: “sim, eu concordo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu queria pedir que a reunião seguisse regimentalmente o eixo ideal...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é porque, senão, a gente não vai aprovar nem a Audiência Pública aqui, aí vocês vão perder”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, ainda na minha fala. Eu quero, em função da fala dela, eu já tinha dito isso, a gente não conseguiu na semana passada em função da reunião como aconteceu, aliás, a reunião não aconteceu na semana passada, me perdoe, em função da morte da mãe do Tiago. Então, eu já tinha feito um compromisso, eu, o Tiago, o Flávio e o Álvaro, pelo menos foi a conversa que nós tivemos na live, de a gente pedir uma Audiência Pública para tratar sobre esse assunto. Senhor Presidente, tem me preocupado muito um governo que está municipalizando todas as ações que são do estado. A gente já falou da polícia civil aqui, nós já falamos da estrada, nós estamos falando de escola. No passado, pegou a Banqueta que era da AngloGold, todo mundo sabe disso”. Senhor Presidente: “só um minutinho, por favor. Solicito a autorização dos



senhores vereadores para prolongarmos por mais quinze minutos a nossa reunião”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eles vão terminar com a reunião, não vai ter jeito de a gente continuar o nosso discurso”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou votar contra a extensão da reunião”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não tem como votar, vereador, não tem quórum”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, quórum tem”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “tem quórum ainda, o senhor está sofrendo por uma coisa que não aconteceu ainda, ninguém saiu”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vota a Audiência Pública”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam com a prorrogação por mais quinze minutos da reunião permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “coloca em votação a Audiência Pública, Senhor Presidente. Depois a gente fala se tiver quórum. Não, esse é para prorrogar quinze minutos”. Senhor Presidente: “prorrogar quinze minutos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Então, coloca a Audiência Pública, por favor, e que ela seja realizada com celeridade”. Senhor Presidente: “Audiência Pública. Vereadores que concordam com a solicitação do vereador Silvânio Aguiar permaneçam como estão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou votar favorável à Audiência Pública, eu acho que nós temos que discutir, sim, nós não podemos deixar de discutir e volto a ressaltar aqui que todos esses assuntos que forem tratados na Audiência Pública, que forem tratados aqui, eles devem ter desdobramentos e a Audiência Pública também tem que ter desdobramentos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sempre tem, vereador”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, alguns não tem.



Vou te falar dessa questão da Via Ouro que nós estamos falando ali. A Via Ouro veio aqui, debochou da nossa cara e não teve desdobramento nenhum”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, bom”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “entendeu?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “e hoje nós estamos passando pelo mesmo problema que nós já tratamos lá atrás e eles continuam tratando de qualquer jeito. Então, essas Audiências Públicas têm que ter desdobramento e responsabilidade. Estou citando isso porque nós vamos ter uma Audiência Pública, quinta-feira aqui, da AngloGold, da barragem. Ah, não. É reunião, desculpem”. Senhor Presidente: “seis votos, aprovada”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu só queria pedir que vocês pudessem ficar para pedir Audiência Pública também em relação à questão do transporte, se vocês puderem”. Senhor Presidente: “o vereador que quiser assinar. Leia, Álvaro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “da Audiência Pública do transporte coletivo, da questão do embarque e desembarque”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, com a Vale também o senhor poderia, lá no Vale do Sol, Audiência Pública pelo que está acontecendo lá conosco?”. Senhor Presidente: “senta aí, Boizinho. Senta aí para você poder falar direitinho. Senta direitinho. Leia, por favor, Álvaro”. Senhor Secretário: “Fausto Niquini, vereador que o presente instrumento subscreve, requer que, depois de percorridos os trâmites regimentais, esta respeitosa Casa solicite ao prefeito municipal que... É essa aqui, Fausto? Não é essa, não. Esse? ‘Requeiro à Mesa, após ouvido o douto Plenário, na forma regimental vigente, a realização de Audiência Pública a fim de se discutir os impactos das chuvas nas



comunidades afetadas, bem como as soluções imediatas...’. Vocês estão cheios de requerimentos”. Vereador Flávio de Almeida: “é Audiência Pública”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não tem requerimento dessa Audiência Pública, não”. Vereador Flávio de Almeida: “é só...”. Senhor Presidente: “faz verbal”. Vereador Flávio de Almeida: “faz verbal”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “faz verbal”. Vereador Tiago Almeida Tito: “gente, deixem-me fazer verbal porque o autor é o que pouco importa, o que importa é a gente fazer a Audiência Pública e se quiser sair em nome da Casa, sem problema nenhum, pode ser em nome da Casa. Mas solicitar que a gente possa fazer uma Audiência Pública, Senhor Presidente, que a gente possa fazer semana que vem porque esse assunto realmente é...”. Senhor Presidente: “tem que ver porque normalmente são quinze dias, não é? O Plenário é soberano?”. Vereador Flávio de Almeida: “só pede, Tiago, a Audiência Pública”. Vereador Tiago Almeida Tito: “gente, se a gente for esperar quinze dias as pessoas, então que seja Debate Público”. Senhor Presidente: “fazer um debate, então”. Vereador Tiago Almeida Tito: “gente, vamos então solicitar um Debate Público, porque quinze dias a população ficar embarcando e desembarcando, não vai resolver nada. Se a gente vai ficar engessado aqui em relação a formalidades, que não dá problema nenhum legal para a gente fazer semana que vem. Mas, enfim, que seja Audiência Pública ou debate público, mas que sejam convocados, porque essa Casa tem poder de convocar. Convocar a empresa Santa Fé, convocar representantes do DEER”. Senhor Presidente: “a BHTrans também”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu não sei se a gente tem poder de convocar a



BHTrans, mas tudo bem, coloco a BHTrans e convocar o pessoal da Via Ouro”.

Vereador Flávio de Almeida: “o Consórcio Metropolitano”. Vereador Tiago Almeida Tito: “convocar o Consórcio Metropolitano e convocar o Secretário Municipal de Trânsito do município”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “nesse caso, vereador, se for feita uma reunião pública, eu sugiro que o presidente da Comissão de Transporte Público, que eu não sei quem é, não sei se é o vereador Flávio, faça essa convocação via comissão”. Vereador Flávio de Almeida: “ok”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “porque Audiência Pública tem que seguir a tramitação”. Vereador Flávio de Almeida: “se o senhor concordar, vereador Tiago”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Audiência Pública tem uma tramitação legal, gente”. Vereador Flávio de Almeida: “se o senhor não for ficar chateado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “nós não podemos ultrapassar os ditames da lei, vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “faz o que vocês quiserem, eu vou votar com vocês”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é coisa rápida, de dez segundos. Só dizer que eu concordo com a fala da Roberta plenamente. O governo foi truculento, não foi transparente e fez tudo isso nas férias dos professores. Obrigado”. Senhor Presidente: “fica então convocado o Debate Público para terça”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “faz reunião da comissão, gente”. Os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva saíram do Plenário. Senhor Presidente: “por falta de quórum legal, declaro encerrada a reunião. Boa noite a todos. Agradecemos a Deus por mais uma reunião. Muito obrigado”.

---